

Termo de Referência 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	200370-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC	NELSON BREZOLIN ROTA	27/03/2024 11:51 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		08490.005419 /2023-90

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para fornecimento de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina e NEPOM/DREX/SR/PF/SC, ambos situados no município de Florianópolis-SC, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do Anexo IV – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços resumido na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL (12 MESES) R\$	VALOR TOTAL (24 MESES) R\$
Único	1	Equipe Técnica Permanente: .Mec. de Refrigeração (CBO 9112-05) .Eletrotécnico (CBO 3131-20) .Oficial de M. Predial (CBO 5143-25)	25.734,99	308.819,92	617.639,85
	2	Supervisão Técnica	840,98	10.091,76	20.183,52
	3	Peças e Materiais	7.500,00	90.000,00	180.000,00
	TOTAL GERAL R\$		34.075,97	408.911,68	817.823,37

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O item 4 (Peças e materiais) não será objeto de proposta de preço UNITÁRIO diferente do estimado pela Administração, mas seus BDI pode ser alterado respeitando a memória de cálculo do BDI DIFERENCIADO individual da empresa e o limite máximo definido na estimativa da Administração (Anexo V.a), o que impactará o valor final da proposta e viabiliza a possibilidade de competição entre as licitantes.

1.7 O regime de execução será de empreitada por preço global.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação **não** está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: Renovação de contrato continuado;
- II) Data de publicação no PNCP: Renovação de contrato continuado;
- III) Id do item no PCA: Renovação de contrato continuado;
- IV) Classe/Grupo: Renovação de contrato continuado;
- V) Identificador da Futura Contratação: Renovação de contrato continuado;

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição dos serviços, rotinas, equipes, ferramental e todas as características do serviços a serem contratados estão especificados nos anexos desse Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Prioritariamente a prevenção de geração de resíduos desnecessários;

4.1.2 Gestão de resíduos inevitáveis;

4.1.3 “A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

4.1.4 Descarte de resíduos conforme tipo em local adequado.

Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação e exigência de fornecimento de materiais e equipamentos de substituição que mantenham o padrão estético da edificação e dos ambientes.

Subcontratação

4.3. não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 15:00. horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2 Descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, e cronograma de realização dos serviços conforme anexos III, VIII e X;

5.1.3 A CONTRATADA poderá apresentar sugestão dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, e cronograma de realização dos serviços dentro dos primeiros 30 dias de execução do contrato que, caso aceita pela FISCALIZAÇÃO, pautará a execução dos serviços e rotinas de manutenção.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1 Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina, situ na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744, Agronômica, Florianópolis/SC - CEP 88.025-255; e

5.2.2 NEPOM/DREX/SR/PF/SC, no município de Florianópolis-SC, com endereço a ser disponibilizado à CONTRATADA após a emissão da Ordem de Serviço.

5.3. Os serviços serão prestados em horário comercial e ser acordado com a FISCALIZAÇÃO

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas no Anexo VIII, salvo o disposto no item 5.1.3.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e qualidades igual ou superior ao existente, promovendo sua substituição quando pertinente.

5.5.1 Os materiais deverão ser adquiridos em até dois dias úteis após constatada a necessidade e seguirão as etapas abaixo elencadas:

5.5.1.1. Constatação da necessidade;

5.5.1.2. Apresentação à FISCALIZAÇÃO de ao menos três cotações de mercado e comparativo com planilhas de preços mantidas dos por órgãos federais, bem como justificativa para aquisição do material;

5.5.1.3. Aprovação da aquisição pela equipe de FISCALIZAÇÃO;

5.5.1.4. Entrega do material;

5.5.1.5. Instalação;

5.5.1.6. Ateste pela equipe de FISCALIZAÇÃO da correta instalação/utilização do material.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1 As rotinas de trabalho estão especificadas no Anexo VIII;

5.6.2 A descrição características gerais dos imóveis encontra-se detalhada no Anexo III;

5.6.3 A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição /alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a CONTRATADA da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas /substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos;

5.6.4 Os serviços objeto deste Termo de Referência estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, pela CONTRATADA ou por terceiros sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE;

5.6.5 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, instrumentos e ferramental básicos necessários à perfeita execução dos serviços. É apresentada lista não exaustiva no Anexo XI.

5.6.6 Deverão estar inclusos no dimensionamento da proposta assessoramentos técnicos e administrativos referentes a todas as atividades relacionadas com o escopo do objeto da licitação, incluindo:

5.6.6.1. Elaboração de relatórios e de Plano de Manutenção anual e complementações mensais;

5.6.6.2. Cadastro de instalações e equipamentos;

5.6.6.3. Acompanhamento e suporte à Fiscalização para serviços de terceirizadas;

5.6.6.4. Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção corretiva, preventiva, preditiva e de eficiência energética;

5.6.6.5. Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos equipamentos e sistemas instalados;

5.6.6.6. Estudos e pareceres sobre modernizações e melhorias dos equipamentos e sistemas instalados.

5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.8.1.1. Jaleco de brim, com bolso fechado até a altura do peitoral, com logotipo da empresa estampado;

5.8.1.2. Camisa em algodão, com gola polo e manga curta;

5.8.1.3. Calça jeans;

5.8.1.4. Cinto em couro;

5.8.1.5. Par de botas com solado de borracha, de acordo com a categoria profissional;

5.8.1.6. Par de meias 100% algodão.

5.8.1.7. Uma jaqueta.

5.8.1.7.1. À exceção da jaqueta, que deverá ser fornecida ao menos uma, dois conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.3 Jaleco profissional: Confeccionado em brim, com mangas curtas, bolso à altura do peitoral, logotipo da empresa estampado à altura do peito, resistente a rasgos e abrasões em geral.

5.8.4 Camisa: Camisa com gola polo, 100% algodão e mangas curtas.

5.8.5 Calça profissional: Confeccionada em Jeans, quatro bolsos chapados e passante para cinto. Resistente a rasgos e abrasões em geral.

5.8.6 Cinto: Cinto em couro.

5.8.7 Botas de segurança: Bota profissional, confeccionada em couro, solado em poliuretano /borracha e biqueira plástica.

5.8.8 Meias: Meias atalhadas, 100% algodão

5.8.9 Jaqueta: Material não inflamável que confira proteção contra frio adequada às temperaturas da região de prestação do serviço;

5.8.10 .No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.11 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.9.1 Entrega de “as-built” das alterações executadas nos sistemas prediais, em especial elétrico (instalação de tomadas e remanejamentos de pontos).

5.9.2 Os “as-built” deverão ser elaborados e atualizados a cada seis meses e entregues em formato digital editável (ex.: formato “DWG”).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de validade do contrato.

6.7.1 O preposto poderá ser um dos profissionais contemplados na presente contratação, desde que as atividades e rotinas de manutenção sejam prejudicadas.

6.7.2 A FISCALIZAÇÃO poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição do preposto sem a necessidade de apresentação de justificativa.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.32.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.32.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.32.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.32.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.32.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.32.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.32.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.32.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.32.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.32.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.32.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.32.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.32.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.32.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.32.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.32.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.32.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.32.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.32.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.32.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.32.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.32.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.32.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.32.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.32.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.32.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.32.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.32.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.32.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.32.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.32.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.32.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.32.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.32.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.32.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.32.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.32.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.32.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.33. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.34. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.35. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.36. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.37. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.38. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.39. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XII para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produzir os resultados acordados,

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios previstos no Anexo XII.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 90 (noventa) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INCC* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e

exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.43. *Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

7.44. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.45. *O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

7.46. *Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.*

7.47. *O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

7.48. *O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:*

7.48.1 *13º (décimo terceiro) salário;*

7.48.2 *Férias e um terço constitucional de férias;*

7.48.3 *Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e*

7.48.4 *Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.*

7.48.5 *Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

7.49. *O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.*

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício das atividades técnicas, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC)/Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) nos termos Lei Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.23.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Edital deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.24.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.24.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.27.1 *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.28. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade;*

8.28.1 *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.29. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.30. *A empresa deverá estar devidamente registrada no conselho profissional competente.*

8.31. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1 *Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

8.31.2 *Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área das edificações objeto da presente contratação;*

8.32. *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

8.33. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.*

8.34. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*

8.35. *Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.*

8.36. *Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.*

8.37. *A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.*

Qualificação Técnico-Profissional

8.38. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.38.1 Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: serviços de manutenção predial.

8.39. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021):

8.40. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 817.823,37

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 817.823,37 (oitocentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos no Anexo IV.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) **Gestão/Unidade:** 0001/200370;
- II) **Fonte de Recursos:** 10000000000;
- III) **Programa de Trabalho:** 172371;
- IV) **Elemento de Despesa:** 33.90.37; 33.90.30; 33.90.39; e
- V) **Plano Interno:** PF99900AG2X.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NELSON BREZOLIN ROTTA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - Equipe Técnica



Assinou eletronicamente em 27/03/2024 às 11:50:44.

SERGIO RICARDO SAMPAIO RODRIGUES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/03/2024 às 11:51:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo_III___Caracteristicas_gerais_dass_edificacoes_e_sistemas_prediais.pdf (279.89 KB)
- Anexo II - Anexo_II_ETP.pdf (106.35 KB)
- Anexo III - Anexo_IV_Planilha - Formacao de Preco Manutencao Predial - Corrigida.zip (79.04 KB)
- Anexo IV - Anexo_V___Planilha_des_Composicao_de_BDI.pdf (174.57 KB)
- Anexo V - Anexo_V.a___Planilha_des_Composicao_de_BDI.pdf (176.13 KB)
- Anexo VI - Anexo_VI___Justificativa_as_Composicao_do_BDI.pdf (208.04 KB)
- Anexo VII - Anexo_VII___Cronograma_fisico_financeiros.pdf (156.37 KB)
- Anexo VIII -
Anexo_VIII___Rotinas_es_procedimentos_de_execucao_dos_servicos_continuos___equipe_fixa.pdf (465.0 KB)
- Anexo IX - Anexo_IX___Equipe_fixa_e_tecnicas_permanentes_de_execucao_dos_servicos_continuos.pdf (239.11 KB)
- Anexo X - Anexo_X___Pecas_e_materiais.pdf (402.54 KB)
- Anexo XI - Anexo_XI___Equipamentos_instrumentos_e_ferramentais_basicos.pdf (199.51 KB)
- Anexo XII - Anexo_XII___IMR.pdf (283.22 KB)
- Anexo XIII - Anexo_XIII_cotacoes.pdf (5.16 MB)
- Anexo XIV - Anexo_I___Termo_de_justificativass_tecnicas_relevantes.pdf (445.69 KB)

Anexo I -

**Anexo_III____Caracteristicas_gerais_dass_edificacoes_€
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Anexo III – Características Gerais das Edificações e Sistemas Prediais

• ESPECIFICAÇÕES

As atuais dependências apresentam as características gerais abaixo descritas sendo orientativas, podendo sofrer modificações e/ou acréscimos em função da necessidade do Órgão.

1.1 Superintendência Regional de Santa Catarina

- área construída de aproximadamente 12.000 m²;
- instalações hidrossanitárias, com sistema hidropneumático para água potável;
- instalações de prevenção e combate a incêndio do tipo sprinkler, hidrantes, extintores portáteis;
- instalações de Ar condicionado central composto de unidades resfriadoras de líquido do tipo centrífuga, expansão indireta de 300 TR;
- instalações elétricas prediais completas, incluindo sistema de iluminação.

1.2 Edifício Do Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM

1. área construída de aproximadamente 127 m²;
2. instalações elétricas e hidrossanitárias;
3. instalações de combate à incêndio contendo extintores de incêndio;
4. sistema de ar condicionado do tipo Split.

• DESCRIÇÃO E RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

2.1 EDIFÍCIO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - Rua Paschoal Apostolo Ptsica, 4722, Agrônoma – Florianópolis – SC – 88.025-201

2.1.1 Instalações Elétricas, Hidrossanitárias e de Prevenção e Combate a Incêndio

- 01 (uma) caixas d'água subterrâneas de concreto;
- 02 (duas) caixa d'água superior (consumo + incêndio) de concreto;
- 106 vasos sanitários com válvulas de descarga;
- 40 bancadas de granito com cuba de louça;
- 87 cubas de louça branca;
- 87 torneiras de mesa cromada;
- 15 torneiras comuns;
- 86 sifões tipo americano/tipo flexível;
- 86 rabichos metálicos/plásticos;
- 3 pias de inox;
- 41 mictórios;
- 2 extintores de água pressurizada 70l;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- 52 extintores de pó químico bc 4kg;
- 14 extintores CO₂ 4 kg;
- 1 extintor CO₂ 10 kg;
- 106 dispenser para papel higiênico;
- 40 dispenser para papel toalha.

2.1.3 Sistema de Ar Condicionado

O prédio a ser climatizado possui área construída total de 12.000 m², distribuídos em Subsolo, Térreo, 1º, 2º, 3º e 4º Pavimentos, além de cobertura com heliponto. Verifica-se uma frequência diária de aproximadamente 300 (trezentas) pessoas, entre servidores e colaboradores, além do público externo flutuante de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas por dia, que buscam por serviços na sede do órgão.

A Central de Água Gelada descrita no **item** □ alimenta 23 unidades Fan Coils e 5 unidades fancoletes built-in instalados no forro. A distribuição é feita por rede de dutos de ar, com material em flange e revestidas com material isolante térmico. Os difusores de insuflamento e retorno são confeccionados em alumínio. O abastecimento de água gelada é feito através de tubos de aço galvanizado revestidos com isolante térmico. Além do Sistema Central a SR/PF/SC possui 23 Splits na Sede e 09 unidades no NEPOM em (Estreito-Florianópolis/SC, de modelos variados, piso teto e de parede, com diversas capacidades em BTUs, variando de 7.000 a 36.000.

O sistema é monitorado e controlado através da automação predial, CARRIER I-VU. O sistema é responsável pelas Centrais de água gelada e condensação, além dos fancoils e iluminação.

O Sistema de climatização objeto do contrato é composto de Ar Condicionado Central e Automação, com os seguintes equipamentos:

- 02 (duas) Unidades Resfriadoras de Líquido (Chiller) com condensação a água, fabricante CARRIER, modelo 30XWB150Z, compressores tipo parafuso semi-hermético;
- 03 (três) bombas de água gelada, fabricante KSB, modelo MEGABLOC 125-80-250F
- 03 (três) bombas de condensação, fabricante KSB, modelo MEGABLOC 125-80-315F
- 28 (vinte e oito) Fan Coils, fabricante Bryant, modelos diversos, capacidades entre 3TR e 20TR;
- 04(quatro) fancoletes *built-in*, capacidades entre 2 TR e 5 TR;
- 23 (vinte e três) *Splits* de piso teto e de parede, 3 (três) ACJ's capacidades entre 7.000 BTUs e 36.000 BTUs;
- 02 Torres de Condensação – ALPINA - TCM-80/4-A19-II;
- Automação Carrier – Central de Água Gelada e automação predial;

Dados Gerais dos sistemas, componentes e instalações de climatização/ar-condicionado, refrigeração, exaustão e automação do edifício-sede da SR/PF/SC:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
UNIDADE RESFRIADORA DE LÍQUIDO (CHILLER COMPRESSOR PARAFUSO, 150TR, MODELO 30XWB150Z, MARCA CARRIER)	02
COMPONENTES DE INSUFLAÇÃO DE AR DA CENTRAL DE AR-CONDICIONADO (<i>FAN COIL</i>), MARCA Bryant, MODELOS: TB ITC 20, TB ITC 09, TB ITC 08, TB ITC 12, TB ITC 03, TB ITC 05	23
FANCOLETES Built-in (24.000/60.000) BTU'S	05



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

SPLITS DE TETO E DE PAREDE (7.500/9.000/10.000/18.000/24.000/30.000/36.000) BTU'S	26
EXAUSTORES	01
BOMBA DE ÁGUA CONDENSADA (KSB MEGABLOC 125-080-250F) MOTOR DE 25CV 1750 RPM	03
BOMBA DE ÁGUA GELADA (KSB MEGABLOC 125-080-315f) MOTOR DE 25CV 1750 RPM	03
TORRE ALPINA	02
CONTROLADORES FANCOILS (MPC Open XPIO48 (OPN-MPCXPIO48).	23
CONTROLADORES ILUMINAÇÃO MPC Open XPIO816 (OPN-MPCXPIO816).	05
CONTROLADORES BACNET CAG e CAG Carrier ChillerVu (OPN-PSM-MPCXPE)	01
PLACA I-VU LINK	01
I-VU Open PLUS	01
REPETIDOR/ISOLADOR DE SINAL MERCATO MR-485	03

• **RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:**

.1. **Fan Coils**

1.1. Subsolo

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-SS-01	TB ITC 05	Bryant	5 TR

1.2. Térreo

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-TER-01	TB ITC 20	Bryant	20 TR

1.3. 1º Pavimento

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-01-AUD	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-01-01	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-01-02	TB ITC 08	Bryant	08 TR
AC-01-03	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-01-04	TB ITC 08	Bryant	08 TR
AC-01-05	TB ITC 08	Bryant	08 TR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

AC-01-06	TB ITC 12	Bryant	12 TR
----------	-----------	--------	-------

1.4. 2ºPavimento

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-02-01	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-02-02	TB ITC 08	Bryant	08 TR
AC-02-03	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-02-04	TB ITC 12	Bryant	12 TR
AC-02-05	TB ITC 09	Bryant	10 TR
AC-02-06A	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-02-06B	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-02-08	TB ITC 03	Bryant	03 TR

1.5. 3ºPavimento

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-03-01	TB ITC 08	Bryant	08 TR
AC-03-02	TB ITC 09	Bryant	08 TR
AC-03-03	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-03-04	TB ITC 08	Bryant	08 TR
AC-03-05	TB ITC 05	Bryant	05 TR
AC-03-06	TB ITC 12	Bryant	12 TR

1.6. 4ºPavimento

TAG	Modelo	Fabricante	Capacidade Térmica
AC-04-01	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-04-02	TB ITC 05	Bryant	05 TR
AC-04-03	TB ITC 09	Bryant	09 TR
AC-04-04	TB ITC 05	Bryant	05 TR
AC-04-05	TB ITC 05	Bryant	05 TR
AC-04-06	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-04-06A	TB ITC 12	Bryant	12 TR
AC-04-06B	TB ITC 05	Bryant	05 TR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

AC-04-07	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-04-08	TB ITC 03	Bryant	03 TR
AC-04-08A	TB ITC 03	Bryant	03 TR

.2. Bombas de água gelada

TAG	Modelo	Fabricante	Nº Série
Bomba 01	MEGBLOC-80-315	KSB	00528
Bomba 02	MEGBLOC-80-315	KSB	00529
Bomba 03	MEGBLOC-80-315	KSB	00530
Capacidade	108,6 m ³ /h	Altura manométrica	35 mca
Diâmetro do rotor	269 mm	Vedação	Gaxeta
Potência	25 CV	Tensão	380 V
Rotação	1750 rpm		

.3. Bomba de água condensada

TAG	Modelo	Fabricante	Nº Série
Bomba 01	MEGBLOC-80-250	KSB	00525
Bomba 02	MEGBLOC-80-250	KSB	00526
Bomba 03	MEGBLOC-80-250	KSB	00527
Capacidade	116,46 m ³ /h	Altura manométrica	25 mca
Diâmetro do rotor	240 mm	Vedação	Gaxeta
Potência	20 CV	Tensão	380 V
Rotação	1750 rpm		

2.2 NEPOM - Florianópolis – SC

2.2.1 Instalações Hidrosanitárias

- Porta papel de banheiro – 2 unidades;
- Tanque de louça – 1 unidade;
- Vaso sanitário com caixa acoplada – 3 unidades;
- Mictório - 1 unidade;
- Rabicho plástico - 4 unidades;
- Sifão flexível plástico - 4 unidades;
- Torneira baixa de pia cromada - 3 unidades;
- Torneira de parede cromada - 1 unidade;
- Torneira de parede de plástico - 4 unidades;
- Pia de louça tipo coluna– 3 unidades;

2.2.2 Instalações de Ar Condicionado

- Split Segtron 9000btu's – 8 unidades;
- Split Samsung 24000btu's – 1 unidades;

2.2.3 Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- Extintor BC 4kg – 2 unidades;

2.2.5 Instalações Elétricas

- Chuveiro elétrico – 2 unidades;
- Luminária 2x32 tipo T8;
- Lâmpadas tubulares de LED 18W, base T8;
- Lâmpadas vapor de mercúrio em postos de iluminação externa;
- Quadros elétricos de alimentação (todos os disjuntores instalados nos quadros novos são da marca merlin gerin).

3.1. O Sistema de climatização objeto do contrato é composto de Ar Condicionado Central e Automação, com os seguintes equipamentos:

- 02 (duas) Unidades Resfriadoras de Líquido (Chiller) com condensação a água, fabricante CARRIER, modelo 30XWB150Z, compressores tipo parafuso semi-hermético;
- 03 (três) bombas de água gelada, fabricante KSB, modelo MEGABLOC 125-80-250F
- 03 (três) bombas de condensação, fabricante KSB, modelo MEGABLOC 125-80-315F
- 28 (vinte e oito) Fan Coils, fabricante Bryant, modelos diversos, capacidades entre 3TR e 20TR;
- 04(quatro) fancoletes *built-in*, capacidades entre 2 TR e 5 TR;
- xx(quantidade de splits) *Splits* de piso teto e de parede, capacidades entre 7.000 BTUs e 36.000 BTUs;
- 02 Torres de Condensação – ALPINA - TCM-80/4-A19-II;
- Automação Carrier – Central de Água Gelada e automação predial;

1. Aparelhos de ar-condicionado tipo Split

.1.1. NEPOM /SC – Manutenção mensal do Split – As despesas com o transporte ficarão a cargo do CONTRATANTE.

Fabricante	Quantidade
Springer Segtron 9.000 btu's	08
Springer Samsung 24.000 btu's	01

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

Anexo II - Anexo_II_ETP.pdf

Estudo Técnico Preliminar 11/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08490.005419/2023-90

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção predial na SR/PF/SC e NEPOM/DREX/SR/PF/SC de forma continuada, justificando-se por:

A necessidade da contratação está dividida em 03 (três) aspectos: funcional, técnico e normativo.

Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos:

O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. Polícia Federal; II. Polícia Rodoviária Federal; III. Polícia Ferroviária Federal; IV. Polícias Civis; V. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”.

Cabe ressaltar que a Polícia Federal exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando, assim, sua responsabilidade como agente central da democracia.

A contratação em tela trata da manutenção predial e dos sistemas de climatização e automação do edifício sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, e tendo em vista que a Polícia Federal deve estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, exercendo suas atribuições constitucionais, neste contexto, a interrupção de qualquer um dos sistemas contidos no objeto do contrato pretendido acarreta em perda operacional desta corporação.

Ainda nesse sentido a não execução da correta manutenção da infraestrutura e dos sistemas supracitados, objeto do presente estudo de contratação, traria prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços, por exemplo, expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e entrega de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; dentre outros.

Aspecto Técnico - Necessidade da contratação para manter adequada a infraestrutura predial.

Além da necessidade constante de manutenção preventiva, os sistemas prediais e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar vícios decorrentes de desgaste natural da edificação e/ou extraordinário.

Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação e recuperação no sistema citado, de forma a atender à demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos, e que tais atividades não constituem finalidade da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 2.271/1997 e Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG.

Aspecto Normativo - Necessidade da contratação para atender às normas e decretos existentes no tocante à qualidade, eficácia e eficiência dos sistemas prediais. Tendo em vista o programa de etiquetagem energética de edifícios públicos, PBE edifica, e a IN nº 2/2014-SLTI, que dispõe sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit, o contrato de manutenção pretendido visa também à eficiência energética no uso dos sistemas de climatização e automação, que corresponde à aproximadamente 60% de todo o consumo das unidades.

O disposto na seção VIII - Responsabilidade Técnica - da resolução RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003: a) providenciar a avaliação biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados; b) promover a correção das condições encontradas, quando necessária, para que estas atendam ao estabelecido no Art. 4º desta Resolução; c) manter

disponível o registro das avaliações e correções realizadas; e d) divulgar aos ocupantes dos ambientes climatizados os procedimentos e resultados das atividades de avaliação, correção e manutenção realizadas.

Atendendo também ao disposto na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003 – ANVISA que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo e também a Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

A qualidade do ar interno impacta diretamente no absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios. Cada vez mais o tratamento da qualidade do ar de interiores traz o bem-estar dos habitantes dos edifícios ao centro do debate, amparados pelos estudos atuais que demonstram o impacto disto nos custos, diminuindo as despesas das unidades e trazendo melhor qualidade de vida aos usuários, implicando também em melhor performance nas atividades desempenhadas pela Polícia Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/SC	Nelson Brezolin Rotta

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Prioritariamente a prevenção de geração de resíduos desnecessários;

Gestão de resíduos inevitáveis;

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

Descarte de resíduos conforme tipo em local adequado.

Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

Na presente contratação será admitida a indicação e exigência de fornecimento de materiais e equipamentos de substituição que mantenham o padrão estético da edificação e dos ambientes.

Subcontratação

3.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Equipe fixa e técnica permanentes de execução dos serviços contínuos.

A subcontratação fica limitada ao percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato e aos serviços eventuais.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 15:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

São requisitos para a empresa selecionada (licitante vencedora):

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Ato de autorização para o exercício das atividades técnicas, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC)/Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) nos termos Lei Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Edital deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social;e

caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade;

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

A empresa deverá estar devidamente registrada no conselho profissional competente.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área das edificações objeto da presente contratação;

Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133 /2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: serviços de manutenção predial.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021). Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5. Levantamento de Mercado

Foram realizados contatos telefônicos e por aplicativos de mensagens com empresas do ramo que atendem as cidades de Florianópolis e Itajaí/SC.

Foi constatado que, embora algumas empresas atendam as duas cidades, a maioria se restringe apenas a cidade sede e microrregião.

Desse modo, optamos pela instrução da contratação em conjunto porém em itens separados, sendo que dessa forma empresas diferentes poderão executar os serviços. Esse fator aumenta a competitividade do certame.

As empresas consultadas atendem com o modelo de contratação pretendido de visitas quinzenais regulares e uma visita excepcional por mês.

6. Descrição da solução como um todo

Equipe Fixa: Trabalhador de Manutenção Predial - Executará serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos.

Supervisão técnica

Ainda que sejam serviços eventuais, são indispensáveis à manutenção do edifício. Por se tratarem de serviços por demanda, e por serem serviços que envolvem algumas particularidades técnicas, a execução dos mesmos poderá ser subcontratada, desde que atendidas todas as condições legais, e mediante autorização do CONTRATANTE. A subcontratação dos serviços não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades.

Peças e Materiais: Relação estimativa de insumos que poderão ser utilizados nos serviços contínuos, realizados pela equipe fixa, e nos serviços eventuais supracitados, nos quais seja necessária a utilização de peças e/ou materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa das quantidades a serem contrata

DESCRIÇÃO	MENSAL			ANUAL	24 M
	EQUIPE FIXA R\$	EQUIPE SUPERVISÃO R\$	MATERIAL R\$	TOTAL R\$	TOTAL R
PEÇAS E MATERIAIS	-	-	7.500,00	90.000,00	180
MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	8.578,33	-	-	102.939,97	205
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	8.578,33	-	-	102.939,97	205
ELETROTÉCNICO	7.514,17	-	-	90.170,09	180
SUPERVISÃO TÉCNICA	-	840,98	-	10.091,76	20
TOTAL GERAL R\$	24.670,84	840,98		396.141,80	792,7

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 817.823,37

O custo estimado total da contratação é de R\$ 817.823,3

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento dos 03 (três) itens se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de manutenção, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da manutenção dos sistemas elétricos e automação, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme Art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, o fornecimento de peças poderá ser objeto de subcontratação.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela unidade para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção, torna-se indispensável contemplar na contratação o fornecimento de peças e materiais pela CONTRATADA, sempre que necessário e solicitado pelo CONTRATANTE. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a aquisição desse material poderá resultar em prejuízos para a Administração, visto que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, podem nunca vir a

ser utilizados, dada a descontinuidade de equipamentos antigos e ineficientes. Dessa forma, o fornecimento desses materiais pela CONTRATADA apenas no momento da utilização terá um custo benefício justo e compatível com os interesses da Polícia Federal.

Com relação aos serviços eventuais justifica-se a contratação por meio de demanda, uma vez que são serviços de natureza eventual, não havendo, com isso, necessidade de manter equipe residente para execução dos mesmos. Ademais, a prestação desses serviços por meio de demanda resultará em economia para a Administração, uma vez que o atendimento será mais rápido e o apoio técnico a esses profissionais será dado pelo colaborador residente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços que se visa contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Informo que essa referida contratação não fora incluída no PGC de 2023, em consequência, será solicitada a Autoridade competente com base na Portaria 405, de 20 de novembro de 2020, autorização para inclusão da contratação no PCA 2024, na forma extemporânea.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação se justifica face a necessidade de continuação dos serviços de manutenção da sede da Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e do NEPOM/DREX/SR/PF/SC, evitando-se o sucateamento de suas instalações e o incremento de um posto de eletrotécnico para atender as diversas demandas referentes ao sistema elétrico que conta com automação e grupos geradores.

13. Providências a serem Adotadas

O órgão já possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não são esperados impactos ambientais além dos de praxe para execução de serviços de engenharia. Além disso, serão tomadas todas as medidas necessárias e exigidas na legislação para mitigar os impactos ambientais gerados, uma vez que a empresa a ser contratada deve obedecer no que for possível as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade justifica-se por todo o exposto neste documento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NELSON BREZOLIN ROTA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/03/2024 às 09:32:30.

Anexo IV -
Anexo_V____Planilha_des_Composicao_de_BDI.pdf



Polícia Federal
SR/PF/SC
GTED/SR/PF/SC

Anexo V – Planilha de Composição de BDI

Contratação de serviços de manutenção predial a serem prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Sigla	Descrição	Valor adotado
AC	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central	4,0000%
R	Taxa representativa de Riscos	1,2700%
S	Taxa representativa de Seguros	0,8000%
G	Taxa representativa de Garantias	
DF	Taxa representativa de Despesas Financeiras	1,2300%
L	Taxa representativa do Lucro/Remuneração	7,4000%
T	Taxa representativa da Incidência de Tributos (ISS+PIS+COFINS+CPRB)	11,1500%
ISS	Imposto Sobre Serviços	3,0000%
PIS	Programa de Integração Social	0,6500%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0000%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,5000%
BDI adotado		29,7900%

CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1$$

Onde:

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
R = Taxa representativa de Riscos
S = Taxa representativa de Seguros
G = Taxa representativa de Garantias
DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras
L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração
T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

Fontes:

Fórmula para cálculo do BDI e índices adotados

Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário

ISS

Lei Complementar Nº 7/1997 de 06 de janeiro de 1997, Florianópolis/SC

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

**Anexo V - Anexo_V.
a____Planilha_des_Composicao_de_BDI.pdf**



Polícia Federal
SR/PF/SC
GTED/SR/PF/SC

**Anexo V.a – Planilha de Composição de
BDI diferenciado**

Contratação de serviços de manutenção predial a serem
prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa
Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Sigla	Descrição	Valor adotado
AC	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central	3,4500%
R	Taxa representativa de Riscos	0,8500%
S	Taxa representativa de Seguros	0,4800%
G	Taxa representativa de Garantias	
DF	Taxa representativa de Despesas Financeiras	0,8500%
L	Taxa representativa do Lucro/Remuneração	5,1100%
T	Taxa representativa da Incidência de Tributos (ISS+PIS+COFINS+CPRB)	11,1500%
ISS	Imposto Sobre Serviços	3,0000%
PIS	Programa de Integração Social	0,6500%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0000%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,5000%
BDI adotado		25,0000%

CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1$$

Onde:

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
R = Taxa representativa de Riscos
S = Taxa representativa de Seguros
G = Taxa representativa de Garantias
DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras
L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração
T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

Fontes:

Fórmula para cálculo do BDI e índices adotados

Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário

ISS

Lei Complementar Nº 7/1997 de 06 de janeiro de 1997, Florianópolis/SC

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

Anexo VI -

Anexo_VI____Justificativa_as_Composicao_do_BDI.pdf



Polícia Federal SR/PF/SC GTED/SR/PF/SC

Anexo VI – Justificativa à Composição do BDI

**Contratação de serviços de manutenção
predial a serem prestados na
Superintendência de Polícia Federal em
Santa Catarina e no
NEPOM/DREX/SR/PF/SC**

1 Administração Central = 4,0%

A administração central de uma empresa de construção civil compreende toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

Conforme o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, o valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro. Com isso, estabelece os seguintes limites:

Parcela de Administração Central na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%

Parcela de Administração Central na composição da taxa de BDI. Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

Foi adotado o índice médio de 4,00%, para contratação de obra.

2 Seguros, Riscos e Garantias = 2,07%

Seguros são contratos regidos pelo direito privado firmados entre o particular (segurado) e a companhia seguradora (segurador), por meio dos quais o segurador obriga-se, mediante o recebimento antecipado de um prêmio, a reparar danos causados ao particular segurado ou a terceiros pela ocorrência de eventos alheios a sua vontade devidamente especificados na apólice de seguro, limitando-se essa obrigação ao valor da importância segurada a que tem direito o segurado pela ocorrência do sinistro.

Nos orçamentos de obras públicas, considera-se que a parcela de seguros da composição de BDI refere-se ao valor monetário do prêmio de seguro pago pelo particular segurado à companhia seguradora em contrapartida à cobertura dos riscos contratados, cujos encargos financeiros assumidos pelo particular são repassados aos preços das obras a serem contratadas pela Administração Pública.

Entretanto, mesmo com a exigência de contratação de seguros, deve-se considerar que sempre existe um risco residual a que o particular ainda continua descoberto, que deve ser tratado e mensurado na taxa de riscos do BDI.

Sob o ponto de vista dos orçamentos de obras públicas, considera-se que a exigência de prestação de garantia contratual é uma estratégia de alocação de riscos como medida que visa a



Polícia Federal SR/PF/SC GTED/SR/PF/SC

Anexo VI – Justificativa à Composição do BDI

**Contratação de serviços de manutenção
predial a serem prestados na
Superintendência de Polícia Federal em
Santa Catarina e no
NEPOM/DREX/SR/PF/SC**

assegurar o adequado adimplemento do contrato e a facilitar o ressarcimento de possíveis prejuízos sofridos pela Administração Pública na hipótese de inexecução por parte do particular contratado, e esses custos relacionados à prestação de garantia, para o pleno cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo particular contratado, caso expressamente prevista no instrumento convocatório, são repassados aos preços das obras públicas e inseridos na composição de BDI dessas obras.

Conforme o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário:

Parcela de incidência as composição do BDI - Valores incidentes sobre o Custo Direto						
TIPO DE OBRA	SEGUROS + GARANTIAS			RISCO		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%

Como a atividade em questão trata-se de reforma de edificação de complexidade usual, adotou-se o percentual médio, totalizando 2,07%.

3 Despesas Financeiras = 1,23%

Foi adotado o valor médio estabelecido pelo TCU, Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário, conforme tabela abaixo:

Parcela de Despesas Financeiras na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPO DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%

4 Impostos = 11,15% (COFINS = 3,0%; PIS = 0,65%; ISS = 3,0%; e CPRB = 4,5%)

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISS a ser considerada, inciso III do art. 256 da Lei Complementar nº 7/1997, de 06 de janeiro de 1997 (Código Tributário Municipal), de Florianópolis/SC, é de 3%.

Ainda, por se mostrar mais vantajosa para a Administração e estando os serviços a serem prestados amparados nos casos previstos no inciso IV do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, adotou-se o regime de tributação de desonerado, com aplicação de alíquota de 4,5% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.



Polícia Federal
SR/PF/SC
GTED/SR/PF/SC

Anexo VI – Justificativa à
Composição do BDI

Contratação de serviços de manutenção
predial a serem prestados na
Superintendência de Polícia Federal em
Santa Catarina e no
NEPOM/DREX/SR/PF/SC

5 Bonificação ou Honorários (Lucro) = 7,40%

Foi adotado o valor médio dentro dos parâmetros estabelecidos no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário.

Parcela de Lucro na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPOS DE OBRAS	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	6,16%	7,40%	8,96%

Parcela de Lucro na composição da taxa de BDI.

6 BDI Diferenciado = 18,98%

Uma vez que o parcelamento do objeto da licitação para aquisição e instalação dos equipamentos de climatização e iluminação de emergência provocaria prejuízo para conclusão dos trabalhos e consequente utilização das instalações pela Polícia Federal, e esses podem ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas, optou-se por proceder a sua aquisição na presente contratação com a incidência de BDI diferenciado.

Assim, considerando-se o grau complexidade dos serviços de engenharias e do fornecimento dos equipamentos específicos, utilizou-se os percentuais médios prescritos no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário para determinação do BDI diferenciado.

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO + GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINANCEIRA	0,85%	0,85%	1,11%
LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%

**Anexo VII -
Anexo_VII____Cronograma_fisico_financeiros.pdf**



Polícia Federal
SR/PF/SC
GTED/SR/PF/SC

Anexo VII – Cronograma físico-financeiro

Contratação de serviços de manutenção predial a serem prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Item	Serviço	Total contrato	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
1	EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PERMANENTE	R\$ 263.239,48	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,62	R\$ 21.936,63	R\$ 21.936,63	R\$ 21.936,63	R\$ 21.936,63
2	EQUIPE DE SUPERVISÃO TÉCNICA	R\$ 68.728,45	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,37	R\$ 5.727,38
3	EQUIPE DE SERVIÇOS EVENTUAIS	R\$ 18.802,91	R\$ 1.566,90	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91	R\$ 1.566,91
4	PEÇAS E MATERIAIS	R\$ 90.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00
Total mensal			R\$ 36.730,89	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,90	R\$ 36.730,91	R\$ 36.730,91	R\$ 36.730,91	R\$ 36.730,92

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

**Anexo VIII -
Anexo_VIII____Rotinas_es_procedimentos_de_execucac
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Anexo VIII – Rotinas e procedimentos de execução dos serviços contínuos
– equipe fixa

**MANUTENÇÃO
PREVENTIVA**

I. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

INSPEÇÃO TERMOGRÁFICA RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ENERGIA

SEMESTRALMENTE

A Contratada deverá realizar Inspeção Termográfica semestralmente e eventualmente quando solicitada pela Fiscalização nas instalações a seguir indicadas, apresentando relatório específico contendo:

- Quadro Geral de Força;
- Quadros de Distribuição de Luz e Força;
- Quadros de Comando (Chillers, Bombas, etc.);
- Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos pavimentos;

A primeira Inspeção Termográfica deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias da data de início dos serviços.

A Inspeção Termográfica será realizada através de Termovisor que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizada.

Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser completo, contendo de forma impressa, as imagens e respectivas temperaturas, dos pontos da instalação considerados críticos e/ou suspeitos e indicando providências a serem tomadas.

Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser entregue à Fiscalização em até 15 (quinze) dias a contar do último dia de realização da inspeção.

Caberá a contratada a correção e acompanhamento das irregularidades apontadas no relatório de Inspeção Termográfica.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ENERGIA

SEMESTRALMENTE

A contratada deverá realizar semestralmente ou eventualmente quando solicitado, relatório com equipamento analisador de energia em todos os barramentos do QGBT ou nos locais indicados pelo gestor do contrato junto à PF, contendo diagnóstico energético completo da instalação, qualidade de energia, levantamento de curvas de carga, diagnósticos de distorções



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

harmônicas, correção de fator de potência, levantamento de demandas, conservação de energia. Estes relatórios devem ser enviados para análise do Setor de Fiscalização da DEA.

QUADRO GERAL DE FORÇA E QUADRO DE ENTRADA DA CONCESSIONÁRIA

DIARIAMENTE

- Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada para processamento de dados se houver, e anotar;
- Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação;
- Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente;
- Medir a amperagem nos alimentadores em todas as saídas;
- Inspeccionar as chaves seccionadoras dos disjuntores termomagnéticos para os andares e cuidar para que não superem as tabelas de amperagens máximas permitidas para cada pavimento;
- Medir nível de isolamento dos alimentadores;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;
- Operar, ligar e desligar o quadro geral;
- Limpar externamente o quadro;
- Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.

MENSALMENTE

- Inspeccionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada;
- Reapertar os parafusos de fixação das tomadas;
- Verificar a pressão das molas dos disjuntores termomagnéticos;
- Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores;
- Verificar a fixação do barramento e conexões;
- Efetuar limpeza geral no barramento, conexões e disjuntores;
- Verificar a regulagem do disjuntor geral;
- Medir a amperagem nos fios de alimentação dos quadros;
- Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento);
- Verificar o aspecto da fiação;
- Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos);
- Inspeccionar as ligações da carcaça dos quadros à terra;
- Lubrificar as dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários.

TRIMESTRALMENTE

- Alinhamento dos contatos, movimentos livres;
- Reapertar parafusos de fixação do barramento, conexões e ferragens.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

SEMESTRALMENTE

- Efetuar testes de isolamento à corrente contínua;
- Medir a resistência dos cabos elétricos alimentadores.

BARRAMENTOS

MENSALMENTE

- Controlar a amperagem nas diversas secções do barramento, corrigindo sobrecargas e desbalanceamento de corrente;
- Controlar as tensões, terminais, corrigindo eventuais quedas de tensão;
- Abrir janelas de inspeção e reapertar conectores;
- Se necessário, limpar contatos;
- Inspeccionar cofres, sobreaquecimentos de contatos e vibrações.

SEMESTRALMENTE

- Limpar a blindagem dos barramentos com sopro de ar comprimido;
- Verificar e corrigir aterramento.

ANUALMENTE

- Medir nível de isolamento.

EVENTUALMENTE

- Combater corrosão e retocar pintura.

QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ E FORÇA

DIARIAMENTE

- Verificar o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição;
- Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores;
- Verificar o aquecimento nos disjuntores “no-fuse” geral em todos os quadros de distribuição;
- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, cheiros de queimados e outros;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz;
- Limpar externamente os quadros.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

QUINZENALMENTE

- Medir e controlar a tensão;
- Medir a amperagem nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.

MENSALMENTE

- Controlar o nível dos alimentadores;
- Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores;
- Reapertar a fixação e estado dos barramentos;
- Efetuar a limpeza geral de barramentos e conexões;
- Verificar a tensão nas molas dos disjuntores;
- Inspecionar o isolamento dos cabos de alimentação.

QUADROS DE COMANDO

DIARIAMENTE

- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar a existência de fusíveis queimados;
- Inspecionar a pressão de contato dos fusíveis;
- Inspecionar o estado das bases de fusíveis quanto ao aquecimento;
- Verificar o fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis.

MENSALMENTE

- Inspecionar o estado das chaves magnéticas;
- Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões;
- Verificar o arco em excesso das chaves magnéticas;
- Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- Verificar o isolamento e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas;
- Verificar o estado de conservação das bases dos fusíveis;
- Reapertar os bornes de ligação das chaves magnéticas;
- Reapertar os parafusos de contato dos botões de comando.

ILUMINAÇÃO GERAL

DIARIAMENTE

- Verificar as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente;
- Verificar contatos internos, reapertar os parafusos de fixação e contatos externos dos soquetes, caso as lâmpadas ainda não fiquem iluminadas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação;
- Inspecionar as baterias de luz de emergência;
- Trocar os reatores quando se fizerem necessários.

MENSALMENTE

- Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência;
- Medir o nível de iluminação (usando luxímetro);
- Efetuar limpeza das luminárias;
- Efetuar limpeza das lâmpadas;
- Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
- Reapertar os contatos dos reatores;
- Reapertar os parafusos das bases dos soquetes;
- Verificar os parafusos de contatos de tomadas;
- Medir a densidade da solução das baterias;
- Testar a carga das baterias de emergência.

TOMADAS DE PISO/PAINÉIS

MENSALMENTE

- Testar de modo adequado a corrente na rede do piso/divisória;
- Reapertar carcaças e tomadas na tubulação do piso/divisórias.

SISTEMA DE ATERRAMENTO

MENSALMENTE

- Verificar a malha de aterramento e suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre nu, etc.;
- Verificar as condições de uso das ligações entre aterramento e os estabilizadores;
- Medir a resistência ôhmica que não poderá superar 10 (dez) Ohms, adotando as medidas de correção, quando necessário (usar Terrômetro);
- Verificar os índices de umidade e alcalinidade do solo do aterramento, mantendo-o dentro dos padrões normais;
- Reapertar os bornes que ligam as hastes aos cabos.

REDES ELÉTRICAS CONVENCIONAIS

SEMANALMENTE

- Inspecionar as caixas de passagem;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Inspecionar o estado das capas isolantes, fios e cabos.

MENSALMENTE

- Medir a amperagem da fiação e verificação da concordância com as tabelas de corrente máxima permitida;
- Verificar a corrente de operação, sobre aquecimento.

II. INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO

EXTINTORES DE ÁGUA PRESSURIZADA

MENSALMENTE

- Verificar visualmente, examinando-se o seu aspecto externo, os lacres, os manômetros quando o extintor for do tipo pressurizado, verificando se o bico e válvulas de alívio não estão entupidos. Recarregar se necessário.

SEMESTRALMENTE

- Pesar a cápsula de água pressurizada e registrar na etiqueta do aparelho o peso obtido, se a perda for superior a 10% do peso original, deverá ser providenciada a recarga;
- Verificar se o mangotinho está obstruído.

ANUALMENTE

- Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

EXTINTORES DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS)

MENSALMENTE

- Verificar se o pino de segurança e o selo de lacre estão corretos;
- Verificar se o manômetro acusa pressão suficiente para o perfeito funcionamento em situação emergencial;

SEMESTRALMENTE

- Examinar o pó se for notado empedramento, deve ser substituído por novo;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Examinar a mangueira e o esguicho contra a obstrução;
- Se o aparelho estiver corroído ou amassado, testá-lo hidrostaticamente, comunicar à Administração e/ou à Fiscalização.

ANUALMENTE

- Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

EXTINTORES DE CO₂ (DIÓXIDO DE CARBONO)

MENSALMENTE

- Verificar se o pino de segurança e o selo de lacre estão corretos;
- Verificar se o manômetro acusa pressão suficiente para o perfeito funcionamento em situação emergencial.

SEMESTRALMENTE

- Pesar o aparelho e registrar o peso na etiqueta do extintor, recarregar se a perda for superior a 10% (dez por cento);
- Se o aparelho estiver corroído ou amassado, testá-lo hidrostaticamente, comunicar à Administração e/ou à Fiscalização.

ANUALMENTE

- Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

BOMBAS DE RECALQUE DO SISTEMA DE SPRINKLER

MENSALMENTE

- Inspecionar os cabos de alimentação geral as bombas;
- Verificar as condições dos acoplamentos, abraçadeiras e mangotes;
- Verificar as condições do selo mecânico;
- Verificar e completar se necessário o nível de óleo das bombas;
- Inspecionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas;
- Controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- Inspecionar as válvulas de retenção;
- Medir amperagem dos motores;
- Inspecionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- Verificar as condições de fixação com referencia à base, amortecedores e conexões;
- Verificar a regulação e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-bóia, fusíveis, relés térmicos, etc;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Verificar as luvas de acoplamento;
- Verificar o alinhamento do eixo das bombas;
- Inspecionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- Lubrificar os mancais das bombas.

SEMESTRALMENTE

- Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

REGISTROS E VÁLVULAS DO SISTEMA DE SPRINKLER

MENSALMENTE

- Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros e válvulas do sistema de sprinkler;

CANALIZAÇÕES: TUBOS E CONEXÕES DO SISTEMA DE SPRINKLER

MENSALMENTE

- Verificar a ocorrência de vazamentos e danos na tubulação

de Sprinkler; SEMESTRALMENTE

- Verificar a pintura dos trechos de tubulação aparentes, efetuando os retoques necessários;
- Verificar as condições de fixação da tubulação.

III. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS E HIDROPNEUMÁTICAS

SISTEMAS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS

SEMANALMENTE

- Verificar válvulas de descarga dos sanitários;
- Verificar caixas e ralos sifonados e secos, limpando-os quando necessário;
- Verificar existência de vazamento em torneiras, registros e válvulas de pias, lavatórios, mictórios, sanitários e outros que porventura venham a ser observados, procedendo-se os reparos necessários;
- Proceder ao recolhimento de pó de café nas caixas de decantação;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Verificar e registrar semanalmente, em livro próprio, o consumo de água e o estado dos hidrômetros;
- Verificar o estado da tubulação primária, consertando possíveis vazamentos;
- Verificar o estado das bombas de recalque e seus contatos de níveis superior e inferior;
- Verificar as “bocas de lobo” e caixas de visita externas, a fim de proporcionar um perfeito escoamento das águas pluviais;
- Verificar o sistema de captação de águas pluviais (calhas, ralos, tubulações, caixas de inspeção e de areia);
- Verificar o nível das caixas de gordura e proceder a remoção do material ali existente;
- Examinar os reajustes nas gaxetas e conexões das bombas;
- Verificar o estado das bóias das caixas de água;
- Verificar o estado de vedação dos reservatórios.

RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA

DIARIAMENTE

- Verificar e corrigir se necessário, os controladores de nível dos reservatórios;
- Verificar a existência de dejetos e/ou substâncias poluentes, procedendo a remoção;
- Verificar o funcionamento da torneira de bóia.

MENSALMENTE

- Verificar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;
- Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”.
- Verificar se as válvulas e registros estão limpos, desobstruídos e sem ferrugem;
- Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;
- Verificar se as estruturas dos tanques elevados necessitam de reparos;
- Verificar se as visitas estão devidamente fechadas.

SEMESTRALMENTE

- Inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção;
- Inspeção periódica da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;
- Controle periódico do nível de água para identificação de possível vazamento;
- Limpeza dos poços de drenagem;
- Proceder à limpeza dos reservatórios.

BOMBAS DE RECALQUE E ESGOTO

SEMANALMENTE

- Operar, ligar e desligar as bombas;
- Inspecionar os cabos de alimentação geral as bombas;
- Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais, quando em funcionamento;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Verificar as condições dos acoplamentos, abraçadeiras e mangotes;
- Verificar as condições do selo mecânico;
- Verificar e completar se necessário o nível de óleo das bombas;
- Inspeccionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas de recalque e de esgoto;
- Controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- Inspeccionar as válvulas de retenção;
- Inspeccionar o funcionamento das bóias inferiores e superiores;
- Verificar o aquecimento excessivo dos motores das bombas.

MENSALMENTE

- Medir amperagem dos motores;
- Inspeccionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- Verificar as condições de fixação com referencia à base, amortecedores e conexões;
- Verificar a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-bóia, fusíveis, relés térmicos, etc;
- Limpar e desobstruir as aberturas de ventilação dos motores das bombas;
- Verificar o nível de óleo das bombas;
- Verificar as luvas de acoplamento;

- Verificar o alinhamento do eixo das bombas;
- Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- Lubrificar os mancais das bombas.

SEMESTRALMENTE

- Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

VÁLVULAS E CAIXAS DE DESCARGAS

MENSALMENTE

- Regulagens e reparos dos elementos componentes;
- Teste de vazamento nas válvulas ou nas caixas de descarga;
- Verificar dispositivos de acionamento;
- Verificar a existência de vazamento;
- Verificar a fixação dos componentes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

TRIMESTRALMENTE

- Verificar o funcionamento da válvula de admissão (bóia).

REGISTROS, TORNEIRAS E METAIS SANITÁRIOS

MENSALMENTE

- Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, válvulas e torneiras;
- Reparos de vazamentos com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material;
- Verificar a regulação das válvulas dos mictórios e sanitários;
- Verificar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carrapetas, etc);
- Verificar os acoplamentos e os anéis de vedação;
- Verificar as condições e fixação das tubulações flexíveis aparentes;
- Lubrificar registros e válvulas dos barriletes.

CANALIZAÇÕES: TUBOS E CONEXÕES

MENSALMENTE

- Verificar a ocorrência de vazamento, entupimentos e danos na tubulação de entrada até o reservatório inferior e/ou superior;

SEMESTRALMENTE

- Realizar a limpeza e desobstrução;
- Verificar a pintura dos trechos de tubulação aparentes, efetuando os retoques necessários;
- Verificar as condições de fixação da tubulação.

RALOS E APARELHOS SANITÁRIOS

MENSALMENTE

- Inspeção periódica de funcionamento;
- Verificar a existência de trincas ou outros danos nas pias, lavatórios e vasos;
- Verificar as condições de uso e fixação de saboneteiras, papeleiras e outros acessórios, repondo os elementos faltantes;
- Verificar as condições de uso e fixação das tampas de vaso, substituindo caso necessário;
- Rejuntar os bojos das pias, lavatórios e vasos sanitários, caso necessário.

TRIMESTRALMENTE

- Remover detrito do interior dos ralos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

CAIXAS COLETORAS E DE GORDURA

MENSALMENTE

- Limpar as caixas de inspeção do prédio;
- Limpar ralos e caixas sifonadas das casas de máquinas, recintos de barrilete e casa de bombas;
- Verificar as condições e fixação das tampas das caixas de inspeção/passagem e coletoras de gordura e dos ralos.

SEMESTRALMENTE

- Verificar o estado geral de conservação das caixas de inspeção/ passagem e gordura, efetuando reparos necessários;
- Identificar situações críticas de vazão incompatível para o dimensionamento da caixa, relatando os casos.

CAIXAS DE INSPEÇÃO E DE AREIA

MENSALMENTE

- Inspeção de funcionamento.

SEMESTRALMENTE

- Serviços de limpeza e desobstrução.

CALHAS E CONDUTORES DE ÁGUAS PLUVIAIS

SEMANALMENTE

- Limpar os ralos simples e hemisféricos de captação pluvial da cobertura;
- Limpar calhas coletoras e condutores da cobertura.

BIMESTRALMENTE

- Verificar a fixação dos chapins, rufos, calhas e condutos de captação;
- Verificar a existência de vazamentos nas juntas de tubulações/calhas.

SEMESTRALMENTE

- Serviços de limpeza e desobstrução;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

HIDRÔMETRO E TUBULAÇÃO DE ENTRADA

DIARIAMENTE

- Verificar o funcionamento do hidrômetro e registrar a leitura em formulário próprio para controle de consumo diário de água.

MENSALMENTE

- Verificar o funcionamento do hidrômetro e efetuar sua limpeza;
- Verificar o funcionamento do registro geral, examinando (posição aberta/fechada) as condições de vedação;
- Verificar as condições da caixa do hidrômetro, efetuando a limpeza interna e externa, lubrificação e reaperto das dobradiças e fechos da tampa, correção dos focos de corrosão e retoques de pintura nas áreas afetadas;
- Verificar a ocorrência de perdas no sistema hidráulico, através da verificação do funcionamento do hidrômetro com o fechamento das válvulas e registros internos.

IV. SISTEMA AUTOMÁTICO DE COMBATE À INCÊNDIO SPRINKLERS

Manutenção Periódica:

- Realização de vistoria geral do sistema através de técnicos, constando as condições atuais de operação;
- Apresentação de relatório das condições e correções necessárias ao seu funcionamento.
- Realização de visita mensal por técnicos que, em formulários apropriados, relatarão as condições do sistema, após testados os componentes:
 - Quadros elétricos e alarmes;
 - Eletrobombas;
 - Pressostatos;
 - Registro de comando.

Esta visita deverá ser realizada em companhia de funcionário da CONTRATANTE , que, em caso de qualquer anormalidade, comunicará à CONTRATADA.

V. INSTALAÇÕES FÍSICAS CONVENCIONAIS

PISO

DIARIAMENTE

- Promover a regulagem do nível das placas de piso em pontos isolados;
-

SEMESTRALMENTE

- Efetuar levantamento geral das condições físicas do piso.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Recuperar acabamento de piso, quando necessário;
- Efetuar montagem, desmontagem, remanejamento de peças quando necessário e/ou solicitados;
- Efetuar trocas de peças quando necessário;
- Corrigir a estrutura de sustentação/apoio das peças sempre que for visível a sua intervenção.
- Conserto de pequenos furos, quebras ou remendos em locais danificados.

DIVISÓRIAS E PORTAS

DIARIAMENTE

- Executar manutenção, reparos, montagem e desmontagem de portas, divisórias, fechaduras e afins;

VI. INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO, CLIMATIZAÇÃO, VENTILAÇÃO E AUTOMAÇÃO

- VI.1. A metodologia de execução para os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado deverá conter medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza e manutenção de todos os componentes do sistema de climatização, de maneira a garantir a qualidade do ar interior e prevenir contra riscos à saúde dos ocupantes e demais usuários, de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, implantado nos termos das normas e instruções descritas na portaria n.º 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada, dentro do que for cabível no escopo dos serviços aqui descritos.
- VI.2. A CONTRATADA deverá realizar a análise físico-química de água gelada/água de condensação e o seu respectivo tratamento, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: alcalinidade, cloretos, sólidos dissolvidos, condutividade e pH (tanto dos circuitos primários e secundários, quanto do circuito de condensação).
- VI.3. O desenvolvimento dessa análise físico-química abrangerá a manutenção preventiva e corretiva. A fase preventiva se dará com aplicação de produtos químicos para eliminar processos corrosivos, incrustação, desenvolvimento biológico, entre outros, com frequência semanal, balizada pela amostra da água coletada.
- VI.4. Lastreado a esta análise a CONTRATADA deverá providenciar um relatório mensal contendo as informações dos parâmetros supracitados, a metodologia de pesquisa aplicada, cronograma de serviços prestados, a respectiva programação do próximo mês, bem como o anexo fotográfico dos equipamentos analisados.
- VI.5. A CONTRATADA deverá realizar, quando demanda, a Análise Gravimétrica dos Dutos e Unidades de Fancoils, e semestralmente proceder com a coleta de ar ambiente em pelo menos 15 pontos da Edificação, através de empresas especializadas e de acordo com os padrões definidos pelas resoluções da ANVISA.
- VI.6. O relatório de Análise Gravimétrica e Análise da Qualidade do Ar Interior, com os respectivos laudos técnicos, assinados por técnico responsável, deverá ser entregue para a FISCALIZAÇÃO até 30 (trinta dias) após as análises.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

VI.7. A limpeza dos dutos, grelhas e afins será realizada pela CONTRATADA através de seus funcionários e com a utilização de equipamentos convencionais e/ou específicos.

VI.8. Caberá ainda à EQUIPE FIXA, a operação da central de incêndio e para tanto a CONTRATADA deverá apresentar comprovação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato, de que foi realizado treinamento aos funcionários que compõem a equipe operacional quanto à operação das funções básicas da Central de Incêndio.

CENTRAL DE ÁGUA GELADA:

DIARIAMENTE

- Operação de todo o sistema;
- Verificação da voltagem nas três fases;
- Verificação da existência de ruídos anormais elétricos e mecânicos nos quadros elétricos;
- Verificação do funcionamento das motobombas de água gelada;
- Verificação das lâmpadas de sinalização de todos os quadros elétricos;
- Verificação do funcionamento dos condicionadores e exaustores observando ruídos anormais e escoamento das bandejas e drenos;
- Limpeza geral da casa de máquinas;
- Preenchimento de folha de leitura do equipamento de resfriamento de líquido, conforme solicitado pela fiscalização da PF.

TUBULAÇÃO DE ÁGUA GELADA:

SEMANALMENTE

- Vazamento, condensação, mangotes, suportes, braçadeiras e válvulas;
- Verificação da integridade do revestimento térmico da tubulação, corrigindo quando necessário.

MENSALMENTE

- Verificação dos exaustores, das centrífugas e compressores;
- Verificação dos contatos de força e auxiliares das contadoras dos moto-ventiladores e moto-bombas;
- Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros das centrífugas e compressores;
- Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros dos moto-ventiladores e motobombas;
- Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros dos condicionadores e exaustores;
- Ajuste das correias e alinhamento das polias dos moto-ventiladores e exaustores;
- Verificação quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais dos motoventiladores e motobombas;
- Verificação quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais condicionadores e exaustores;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Limpeza dos filtros e serpentinas das unidades de Fancoil;
 - Limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores;
 - Verificação do estado do óleo lubrificante das bombas de água gelada, de condensação e de lavagem;
 - Lubrificação das motobombas, motoventiladores, condicionadores e exaustores;
 - Verificação do estado da graxa nos mancais dos ventiladores da torre;
 - Limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema;
 - Limpeza das passagens de ventilação de todos os motores;
 - Aferição de todos os elementos de controle; s Teste de vazamento de gás em todo circuito frigorígeno;
 - Limpeza de todas as bandejas de água condensada;
 - Limpeza geral da torre;
 - Medição de sub-resfriamento dos compressores.
-
- Coleta e análise química das águas gelada e de condensação.

TRIMESTRALMENTE

- Medição da resistência de isolamento dos compressores e motores;
- Aferição das condições de trabalho dos compressores;
- Verificação do aterramento dos quadros elétricos e motores do sistema
- Reaperto das bases de fixação dos motores, ventiladores e bombas;
- Reaperto dos mancais dos ventiladores, condicionadores exaustores;
- Medição da condição de trabalho dos condicionadores exaustores;
- Verificar limpeza do filtro Y de condensação.

ANUALMENTE

- Troca de óleo e filtros das centrífugas e compressores;
- Verificação dos ajustes de controle de segurança das centrífugas e compressores;
- Inspeccionar a purga;
- Efetuar limpeza mecânica do condensador e evaporador (varetar);
- Verificação do desbalanceamento de tensão (<2%).

FANCOIL/FANCOLETE:

SEMANALMENTE

- Limpar externa e internamente o condicionador;
- Limpar e trocar (se necessário) os filtros de ar;
- Limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

MENSALMENTE

- Verificar e corrigir fixação e alinhamento de polias do ventilador;
- Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- Verificar e sanar vazamento de água;
- Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- Verificar funcionamento do sensor, controlador e atuador da válvula de água gelada;
- Verificar operação dos dispositivos de sinalização e alarme (se houver);
- Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- Verificar operação dos dampers e splitters (se houver);
- Verificar acoplamentos e juntas flexíveis;
- Verificar estado das conexões flexíveis dos dutos (se houver);
- Verificar atuação do comando pneumático (se houver);
- Limpar casa de máquinas;
- Limpar filtros de linha (de água).

TRIMESTRALMENTE

- Eliminar focos de oxidação;
- Lubrificar mancais (rolamentos não blindados);
- Manobrar cada registro hidráulico do início ao fim do curso;
- Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamento térmico do gabinete, tubulações, válvulas e dutos.

SEMESTRALMENTE

- Verificar e ajustar regulagem dos sensores de ambiente;
- Verificar funcionamento das resistências de aquecimento e umidificação (se houver);
- Verificar e ajustar atuação de válvula de 3 vias;
- Verificar nível de água e funcionamento da bóia de alimentação da caixa de umidificação (se houver);
- Verificar e limpar serpentina;
- Verificar e ajustar dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico, termostato, manômetro e termômetro);
- Verificar e limpar contatos das chaves magnéticas.

ANUALMENTE

- Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- Retocar pintura.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

EQUIPAMENTOS DE EXPANSÃO DIRETA – TIPO SPLIT/ACJ

MENSALMENTE

- Limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- Verificação do posicionamento, fixação e balanceamento da hélice ou turbina;
- Medir diferencial de temperatura;
- Limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- Verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis do gabinete, completando o que faltar;
- Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- Verificar e corrigir alinhamento das polias dos ventiladores;
- Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- Verificar e corrigir nível de óleo dos compressores quando semi-hermético ou aberto;
- Verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- Verificar botoeiras e dispositivos de sinalização;
- Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- Conferir regulagem dos termostatos;
- Verificar vibração do capilar;
- Eliminar focos de oxidação;
- Verificar as condições de funcionamento da VET;
- Verificar e corrigir obstrução de sujeira e aletas amassadas.

TRIMESTRALMENTE

- Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- Verificar eletrodutos e conduites;
- Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete, tubulações e dutos;

- Medir pressões de funcionamento;
- Medir pressões de equilíbrio;
- Manobrar válvulas de serviços do princípio ao fim do curso (se houver).

SEMESTRALMENTE

- Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos;
- Verificar e limpar serpentinas do evaporador e do condensador;
- Verificar e ajustar funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- Verificar e ajustar todos os dispositivos do sistema;
- Conferir e recuperar isolamento térmico dos tubos de cobre;
- Verificar o desbalanceamento de tensão (<2%).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

CHILLER:

DIARIAMENTE

- Limpar o equipamento e acessórios em geral;
- Limpar casa de máquinas;
- Verificar funcionamento da resistência de aquecimento do óleo do cárter;
- Verificar o nível de óleo lubrificante do compressor;
- Verificar registros e válvulas das tubulações de entrada e saída de água;
- Medir e anotar as pressões de sucção e descarga dos compressores;
- Medir e anotar a tensão e corrente elétrica em cada fase do compressor, comparando com a de placa;
- Medir e anotar as temperaturas de entrada e saída de água gelada;
- Verificar os visores das linhas de líquido, quanto a presença de umidade no sistema, quatro vezes ao dia;
- Verificar o sistema Interlock elétrico da torre-moto-bomba, quatro vezes por dia.

SEMANALMENTE

- Fazer limpeza externa do compressor;
- Verificar funcionamento de todos os dispositivos do quadro de comando do chiller;
- Verificar eventuais vazamentos, condensação, mangotes, abraçadeiras e válvulas;
- Verificar e corrigir os vazamentos no circuito de gás refrigerante;
- Verificar e corrigir o isolamento das

tubulações; MENSALMENTE

- Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- Medir e ajustar, se necessário, o superaquecimento e o sub-resfriamento do circuito de gás refrigerante;
- Verificar eletrodutos e conduites;
- Fazer limpeza externa do compressor, do compressor e do evaporador.

SEMESTRALMENTE

- Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como pressostatos, termostatos, manômetros, termômetros, chaves de fluxo);
- Manobrar cada registro hidráulica e válvula de serviço do início ao fim do curso;
- Verificar e ajustar o funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- Fazer limpeza mecânica dos condensadores e evaporadores (se necessário);
- Fazer limpeza das serpentinas do condensador;
- Verificar o sistema Interlock elétrico da torre- bombas e chiller, quatro vezes por dia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

ANUALMENTE

- Verificar sequência de funcionamento do sistema elétrico (DRY – RUN) de acordo com tempos de sequência;
- Verificar operação da válvula de expansão;
- Analisar o estado do óleo dos compressores e trocar, se necessário;
- Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- Retocar pintura.

BOMBA DE ÁGUA GELADA E DE ÁGUA DE CONDENSAÇÃO:

MENSALMENTE

- Limpar externamente a bomba e motor;
- Verificar e limpar filtros de sucção;
- Verificar e limpar sistema de drenagem da água;
- Verificar funcionamento dos purgadores de ar;
- Verificar e ajustar gaxetas das bombas;
- Verificar e corrigir nível de óleo das bombas;
- Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- Verificar e reapertar flanges, abraçadeiras, juntas flexíveis e mangotes;
- Verificar e eliminar vazamentos de água nas gaxetas dos registros e válvulas;
- Limpar internamente o quadro de comando;
- Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- Verificar operação das chaves magnéticas;
- Verificar dispositivos de proteção e circuitos de comando;
- Verificar o funcionamento do fluxostato;
- Eliminar focos de oxidação.

TRIMESTRALMENTE

- Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- Verificar eletrodutos e conduítes;
- Verificar funcionamento das válvulas gaveta, globo e retenção (se houver);
- Verificar alinhamento e acoplamento do conjunto motobomba;
- Manobrar registros hidráulicos do princípio ao fim do curso.

SEMESTRALMENTE

- Trocar óleo de bomba;
- Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como termostato, pressostato, manômetro, termômetro, temporizador e chave de fluxo);
- Verificar e limpar contatos elétricos;
- Verificar e ajustar parafusos de fixação da base;
- Lubrificar registros hidráulicos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

ANUALMENTE

- Inspecionar selo mecânico (se houver);
- Inspecionar válvula de retenção;
- Retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios.

EXAUSTOR/VENTILADOR:

MENSALMENTE

- Limpar externamente o ventilador/exaustor;
- Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- Verificar e corrigir fixação e alinhamento das polias do motor e do ventilador/exaustor;
- Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- Verificar acoplamentos e juntas flexíveis (se houver);
- Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- Verificar e corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
- Eliminar focos de oxidação.

TRIMESTRALMENTE

- Efetuar limpeza do (s) rotor (es);
- Verificar a existência de pontos de oxidação e eliminá-los, caso existirem;
- Efetuar a lubrificação dos mancais quando não forem de lubrificação permanente;
- Reapertar parafusos dos mancais e suportes;
- Verificar os interruptores e fusíveis;
- Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

SEMESTRALMENTE

- Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico);
- Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos.

ANUALMENTE

- Repetir as rotinas descritas no item anterior;
- Verificar a atuação do (s) relé (s) térmico (s);
- Testar controles de temperatura e moto-redutor (damper), se existir;
- Verificar o manejo dos dampers e corrigir, se necessário;
- Verificar vazamento de ar nos colarinhos do ventilador;
- Ajustar os dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, alarmes visuais, sonoros, flow switch, etc.;
- Executar repintura do (s) equipamento (s), caso necessário;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

QUADRO ELÉTRICO:

MENSALMENTE

- Limpar componentes e painel em geral;
- Verificar e ajustar parafusos, terminais, fusíveis e chaves contadoras;
- Verificar abertura e fechamento das chaves seccionadoras sem carga;
- Verificar sequência de partida de todas as chaves elétricas;
- Verificar e ajustar os sistemas de intertravamento elétrico-eletrônico;
- Verificar aterramento;
- Verificar e corrigir os pontos de aquecimento anormais;
- Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores;
- Eliminar focos de oxidação.

TRIMESTRALMENTE

- Verificar oxidação e desgaste dos contadores e articuladores;
- Verificar estado dos parafusos de ajuste e bases de fusíveis.

SEMESTRALMENTE

- Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos de força e auxiliar;
- Verificar e ajustar parafusos de fixação dos barramentos;
- Verificar eletrodutos e conduites.

ANUALMENTE

- Verificar e ajustar os instrumentos de controle e segurança;
- Verificar e ajustar a regulação dos relés temporizados e de proteção;
- Medir aterramento;
- Verificar regulagens de proteção através de transformadores do circuito de controle;
- Retocar pintura.

REDE DE DUTOS:

SEMESTRALMENTE

- Efetuar limpeza dos dutos, grelhas e trocadores de calor;
- Efetuar alteração dos dutos e colarinhos, quando necessários;
- Observar portaria no. 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

AUTOMAÇÃO:

MENSALMENTE

- Limpeza dos quadros de controle.
- Reaperto de todos os terminais dos quadros de controle.
- Verificação dos fusíveis dos quadros de controle.
- Relatar os alarmes presentes na automação.

- Inserir e verificar a programação mensal de feriados.
- Verificar a tensão secundária de todos transformadores de automação.

SEMESTRALMENTE

- Verificar a existência de Backup do sistema e realizar se necessário.¹
- Medir valores, comparar com a leitura de todos os sensores de pressão, temperatura, válvulas de controle de fluxo de água e sinais das chaves de fluxo de ar e se necessário restabelecer ao funcionamento correto.¹
- Limpar contatos de todos os sensores da automação.
- Reaperto geral de todos os contatos dos sensores de automação e manobrar disjuntores.
- Verificar se os sets points de automação estão adequados.
- Reinstalar ou Atualizar softwares das controladoras e corrigir/atualizar lógicas de programação se necessário.¹
- Restabelecer toda comunicação entre controladoras, sensores e atuadores existentes no sistema de ar condicionado.¹

ANUALMENTE

- Funcionamento e configuração geral do sistema, relatando detalhadamente eventuais erros ou melhorias de código;
- Análise qualitativa e quantitativa do tráfego de rede, detectando pacotes sem resposta;
- Listagem de eventuais atualizações necessárias;
- Abordar as ações corretivas requeridas e eventuais necessidades de substituição de Computadores, peças, controladores ou outros dispositivos, acompanhadas de proposta para fornecimento dos materiais necessários;
- Sensores: abordar a calibração de cada sensor do equipamento, corrigindo o offset se necessário, informando os valores lidos e esperados;
- Atuadores: tratar do funcionamento de cada atuador, o qual deve ser comandado a variar da posição 0 a 100%;
- Restauração das configurações originais, caso solicitado;
- Execução de backup das configurações e softwares, fornecendo os CD's a POLÍCIA FEDERAL;
- Atualização da lista de feriados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

TORRES DE RESFRIAMENTO:

MENSALMENTE

- Verificar/corrigir ruídos e vibrações anormais;
- Verificar/corrigir existência de vazamentos e nível de óleo redutor de velocidade (se existir);
- Verificar o estado de alinhamento da(s) correia(s) do ventilador;
- Verificar a fixação e alinhamento das polias do motor e ventilador (se existir);
- Verificar e regular o nível de água, funcionamento da bóia d'água de reposição e interruptor de baixo nível (se existir);
- Efetuar a limpeza do filtro de sucção;

1 Serviços a serem realizados sob a chancela de empresa autorizada pelo fabricante da automação.

- Verificar e eliminar vazamentos de água;
- Verificar e reapertar abraçadeiras e mangotes (se existir);
- Verificar os pulverizadores e eliminadores de gotas;
- Verificar/registrar tensões/desbalanceamentos entre fases dos motores dos ventiladores;
- Verificar/registrar corrente/desbalanceamentos entre fases do(s) motor(es) do(s) ventiladores;
- Efetuar apertos dos terminais elétricos, parafusos e molas;
- Verificar os níveis de aquecimento dos motores;
- Verificar atuação e regulagem do termostato;
- Verificar e regular o funcionamento da(s) bóia(s) de reposição;
- Verificar/Limpar a(s) bacia(s) de água da(s) torre(s) e drenos;
- Inspeccionar canaletas de distribuição de água e eliminadores de gotículas;
- Verificar e completar o nível de óleo redutor de velocidade, se existir;
- Verificar o estado de conservação do(s) equipamento(s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

TRIMESTRALMENTE

- Lubrificar os mancais e rolamentos do(s) motor(es);
- Lubrificar os mancais e rolamentos do(s) ventilador(es) (quando não forem de lubrificação permanente);
- Reapertar parafusos dos mancais e suportes;
- Medir/registrar a temperatura de retorno/saída de água, bem como ar exterior (B.S. / B.U);
- Verificar a existência de pontos de oxidação e eliminá-los, caso existirem;
- Verificar a atuação do (s) temporizador (es);
- Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

SEMESTRALMENTE

- Repetir as rotinas descritas no item anterior;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- Trocar o óleo do redutor de velocidade (se existir);
- Manobrar cada registro hidráulico, do princípio ao fim do curso, voltando-o à posição original;
- Efetuar medições e registrar isolamento(s) do(s) motor(es);
- Verificar o estado de conservação do(s) equipamento(s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

ANUALMENTE

- Repetir as rotinas descritas no item anterior;
- Efetuar limpeza da (s) bacia (s) de água da (s) torre (s);
- Efetuar limpeza do enchimento (mecânica ou química);
- Verificar a atuação do (s) relé (s) térmico (s);
- Verificar o estado das superfícies dos contatos das chaves magnéticas e relés de umidade;
- Ajustar os dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, flow switch, alarmes visuais, sonoros, bóia de nível, etc...;
- Trocar o óleo do redutor de velocidade (se existir);
- Executar repintura do (s) equipamento (s), caso necessário;
- Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO

a) Tendo em vista as características das instalações da SR/PF/RN, e a interação entre os diversos sistemas existentes no prédio-sede, devido, principalmente, à Automação Predial, toda a equipe alocada, deverá estar habilitada, recebendo treinamento adequado, a operar as funções básicas da Central de Incêndio, abaixo descrita, instalada no prédio-sede da SR/PF/RN;

b) O treinamento a ser dado aos profissionais será de responsabilidade da CONTRATADA, cuja comprovação/declaração da realização de tal treinamento deverá ser entregue à SR/PF/RN no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato, cabendo à CONTRATANTE, porém, franquear as informações e manuais referentes ao equipamento em tela disponíveis nos setores competentes;

c) A manutenção da Central de Incêndio ora tratada é de responsabilidade de outra prestadora de serviço contratada pela SR/PF/SC, sendo, porém, de fundamental importância para a segurança das instalações desta Regional e de todas as pessoas que a utilizam, que toda a equipe de manutenção de climatização, formada por funcionários da CONTRATADA, seja capaz de, dentre outras funções afins:

- Identificar os tipos de alarmes;
- Identificar os locais/áreas alarmados;
- Acionar o plantão policial e/ou a prestadora de serviço responsável pela manutenção da central de incêndio;
- Desligar a sirene temporariamente, nos casos em que for verificado não haver sinistro



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

(fumaça, incêndio etc.) até que o problema técnico seja resolvido.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.1 Compreende a atividade de manutenção a ser executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

2.2 A Contratada deverá executá-la de imediato, sempre que necessário, ou quando recomendado pela Contratante, e independente dos dias e horários em que ocorram.

2.3 A Contratada deverá executar a manutenção corretiva dos itens que seguem, não sendo exaustivos, já nos primeiros 60 (sessenta) dias do contrato, e sempre que necessário, podendo ser alterada a qualquer tempo pela Fiscalização, de forma a atender as necessidades da Contratante.

2.4 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

2.4.1 Quadro Geral de Força

- Trocar disjuntores quando houver necessidade iminente;
- Substituição de Amperímetro e/ou Voltímetro quando necessário;
- Se forem evidenciados sinais de corrosão ou desgaste nas partes metálicas expostas, efetuar a limpeza, combater a corrosão e/ou efetuar substituição.

2.4.2 Quadros de Distribuição de Luz e Força

- Substituir disjuntores;
- Substituir barramentos;
- Substituir conexões diversas, terra e neutro.

2.4.3 Quadros de Comando

- ☐ Substituição de fusíveis, contadores, relés diversos, sinalizadores, botoeiras, chave seletora, terminais e conexões elétricas.

2.4.4 Iluminação Geral

- ☐ Substituição de lâmpadas queimadas, reatores danificados e inoperantes, soquetes, luminárias, difusores, spots.

2.4.5 Tomada de Piso/ Painéis (Paredes, Divisórias)

- ☐ Substituição de tomadas danificadas e inoperantes, parafusos e terminais, espelhos de bronze e de baquelite.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

2.4.6 Sistema de Aterramento

- ☐ Substituição de conectores;
- ☐ Refazer ponto de solda isotérmica;
- ☐ Executar a medição da resistência da malha de aterramento quando necessário;
- ☐ Aplicar produtos químicos para melhorar as características de resistência do solo quando necessário.

2.4.7 Rede Elétrica Comum

- ☐ Acréscimo de circuitos;
- ☐ Substituição de cabos;
- ☐ Balanceamento de circuitos.

2.5 INSTALAÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO

2.5.1 Hidrantes

- ☐ Reposição de registros e acessórios faltantes, inoperantes e/ou avariados;
- ☐ Substituir mangueiras danificadas e/ou em mau estado de conservação;
- ☐ Substituir portas das caixas de incêndio danificadas ou em mau estado de conservação; Instalar sinalizadores padronizados;
- ☐ Executar pintura das caixas de incêndio sempre que for necessário e apontado pela Fiscalização.

2.6 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

2.6.1 Sistemas Hidráulicos e Sanitários

- ☐ Substituição de válvulas de descarga dos sanitários;
- ☐ Substituir metais sanitários sempre que solicitado e quando necessário;
- ☐ Substituir louças sanitárias danificadas ou quando solicitado pela Fiscalização; Substituir tubulação hidráulica e/ou sanitária;
- ☐ Providenciar intervenções de emergência e de contingência.

2.6.2 Reservatórios e Caixas de Água

- Substituição de válvulas de pé e de retenção, registros, torneiras de bóia e automáticos.

2.6.3 Bombas de Recalque e Esgoto

- Reparar a carcaça dos motores em caso de corrosão e/ou substituí-las;
- Substituir válvulas de retenção quando for constatada a necessidade;
- Efetuar eventuais troca de peças ou equipamentos, quando sua recuperação se tornar inviável;
- Efetuar o rolamento dos motores em caso de pane elétrica;
- Em caso de comprometimento, regularizar o eixo de rolamento;
- Proceder toda e qualquer intervenção, no local ou fora dele, para garantir o bom



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

funcionamento do sistema de bombeamento inclusive as bombas reserva.

2.7 INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO

- Substituição de lâmpadas de sinalização dos quadros elétricos, caso necessário;
- Substituição de motores, ventiladores, correias, rotores, hastes, rolamentos, sempre que for constatada a sua necessidade;
- Em caso de corrosão efetuar a recuperação/ tratamento nos componentes atingidos;
- Substituir válvulas, compressores herméticos/ semi-herméticos, e componentes do sistema frigorígeno que se fizerem necessários;
- Substituir termostatos, umidostatos, sempre que se verificar sua inoperacionalidade;
- Reparar vazamentos de gás refrigerantes sempre que o sistema acusar problemas pertinentes;
- Repor gás refrigerante no caso de vazamento ou quantidade insuficiente;
- Recuperar gabinetes em estado de corrosão avançado ou substituí-los;
- Pintura de gabinetes e caixas de ar condicionado;
- Substituir os isoladores de vibrações nas bases e suportes de fixação dos aparelhos e centrais de ar, que forem necessários.

**Rotinas e procedimentos de execução dos serviços contínuos – equipe
supervisão técnica**

A supervisão técnica dos trabalhos de manutenção será realizada por profissional formado em engenharia civil, mecânica ou elétrica.

A supervisão técnica será realizada de forma remota, não sendo necessária a presença física do engenheiro no local dos trabalhos, motivo pelo qual não fará jus a VA e VT.

Foram estimadas para A supervisão técnica duas horas semanais a serem dedicadas a ações como acompanhamento da compra de material, dos relatórios de manutenção,

A supervisão técnica deverá auxiliar a equipe fixa e a fiscalização na busca por soluções para realização de serviços corretivos.

Nélson Brezolin Rotta
Eng. Civil
Crea/RS 166.931

**Anexo IX -
Anexo_IX____Equipe_fixa_e_tecnicas_permanentes_de_
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

**ANEXO IX – EQUIPE FIXA E TÉCNICA PERMANENTES DE EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS CONTÍNUOS**

1 EQUIPE DE SERVIÇO PERMANENTE/SUPERVISÃO TÉCNICA

1.1 A prestação direta e cotidiana dos serviços será executada através de equipe técnica mínima exigida na presente especificação, constituída das funções relacionadas no **Quadro I**, com permanência dedicada, MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, nos termos estabelecidos e obedecidas às atribuições de cada cargo.

QUADRO I
EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PERMANENTE

	CATEGORIA PROFISSIONAL	Quantitativo	Horas/mês
01	Mecânico de refrigeração [CBO 9112-05]	01	220,00
02	Eletrotécnico [CBO 3131-20]	01	220,00
03	Oficial de Manutenção Predial [CBO 5143-25]	01	220,00

QUADRO II
SUPERVISÃO TÉCNICA

	QUALIFICAÇÃO	Quantitativo	Horas/mês
01	Engenheiro Mecânico, civil ou mecânico	01	8,00

Obs.: quantitativos de horas/mês meramente ilustrativos para estimativa do valor da contratação; podendo o quantitativo de hora em algum mês específico ser superior ou inferior à estimativa apresentada e sempre respeitando o prescrito no Termo de Referência e demais anexos, em especial aos descontos do IMR em função de faltas dos profissionais da EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PERMANENTE.

1.2 Toda a equipe técnica deverá ser constituída de pessoal qualificado de modo a reunir permanentemente um serviço homogêneo e de qualidade comprovada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.3 O Apoio Técnico, Supervisão Técnica em Engenharia, Coordenação e Assessoramento (Responsáveis Técnicos) nas edificações serão atendidos de imediato pela equipe técnica discriminada no **Quadro II**.

1.4 O engenheir, além da supervisão e responsabilidade técnica em sua área, preferencialmente, deverá ser o responsável pela equipe técnica perante a CONTRATANTE, preposto da CONTRATADA, coordenar as equipes, gerenciar todos os procedimentos e rotinas dos trabalhos com vistas a promover qualidade na execução do objeto deste Termo de Referência.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

2 QUALIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS MÍNIMAS DOS PROFISSIONAIS

2.1 SUPERVISÃO TÉCNICA

- 2.1.1 Formação plena em Engenharia Civil, Elétrica ou Mecânica, com treinamento em planejamento e controle de manutenção em sistemas de ar condicionado e ventilação e com experiência comprovada de, no mínimo, 5 (anos) no acompanhamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com os definidos neste Termo de Referência. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório nos cursos Básico e Complementar previstos na NR10.
- 2.1.2 Supervisionar o desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução deles quando necessário.
- 2.1.3 Manter permanente contato com a fiscalização do CONTRATANTE, visando a otimização de metas e objetivos.
- 2.1.4 Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.
- 2.1.5 Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da CONTRATANTE.
- 2.1.6 Preparar programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas, e fiscalização do desenvolvimento dos serviços.
- 2.1.7 Dirigir a manutenção do sistema de ar condicionado e ventilação, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, supervisionado pelo Fiscal do contrato.
- 2.1.8 Assessorar a CONTRATANTE nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam: elaboração de projetos básicos, assessorias técnicas, periciais, de fiscalização, de supervisão e gerenciamento de obras e serviços.
- 2.1.9 Desenvolver estudos visando à economia de eletricidade, orientando os serviços de manutenção em busca de maior eficiência energética.
- 2.1.10 Elaborar e garantir que sejam mantidos atualizados, e em conformidade com a NR10, durante a vigência do contrato, os esquemas unifilares das instalações elétricas dos equipamentos com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

dispositivos de proteção.

- 2.1.11** Elaborar o Prontuário de Instalações Elétricas, em conformidade com o que determina a NR10 para estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW, e garantir que seja mantido atualizado durante a vigência do contrato.
- 2.1.12** Garantir o cumprimento da NORMA REGULAMENTADORA Nº 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE por todos os funcionários da CONTRATADA, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato.
- 2.1.13** Elaborar e assinar o Relatório Mensal de Manutenção.
- 2.1.14** Ser responsável pela elaboração de relatórios, comunicados, laudos e outros documentos.
- 2.1.15** Elaborar planejamentos, rotinas, e procedimentos operacionais e de acompanhamento para as equipes de manutenção, para a execução do objeto deste contrato, considerando as normas técnicas, legais e administrativas vigentes. Desempenhar outras atividades inerentes a função.

2.2 MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO

- 2.2.1** Nível de escolaridade 2º grau completo, formação técnica em mecânica de refrigeração com conhecimentos em manutenção de sistemas de ar condicionado central e com conhecimentos gerais de manutenção predial e experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na função. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10.
- 2.2.2** Proceder à avaliação geral das condições requeridas para manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.
Consultar outros especialistas como engenheiros e arquitetos, trocando informações
- 2.2.3** relativas ao trabalho a ser desenvolvido para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas aos serviços da manutenção.
Assessorar a CONTRATANTE nas áreas pertinentes às suas atribuições profissionais.
- 2.2.4** Desenvolver estudos visando economia de eletricidade, orientando os serviços de
- 2.2.5** manutenção em busca de mais eficiência energética.
Certificar-se da aplicação das normas técnicas concernentes aos respectivos processos
- 2.2.6** de trabalho.
Efetuar levantamento de dados de natureza técnica.
- 2.2.7** Executar e realizar a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou
- 2.2.8** manutenção de instalações de ar condicionado e ventilação mecânica.
- 2.2.9** Conduzir treinamento de equipes de execução de serviços técnicos na sua área.
- 2.2.10** Exercer a fiscalização da execução de serviços e de atividades de sua competência.
- 2.2.11** Efetuar a organização de arquivos técnicos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.2.12 Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade.

2.2.13 Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação de equipamentos relativos aos sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica.

2.2.14 Desempenhar outras atividades inerentes à função.

2.3 OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL

2.3.1 Nível de escolaridade 2º grau completo, formação técnica com conhecimentos avançados em manutenção de sistemas prediais e experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na função. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10.

2.3.2 Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos.

2.3.3 Examinar as instalações, máquinas, equipamentos e instrumentos técnicos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam as condições e normas técnicas e de segurança

2.3.4 Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender as necessidades do trabalho.

2.3.5 Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes.

2.3.6 Realizar *check-list* diário das atividades realizadas, registrando e comunicando à Fiscalização quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.

2.3.7 Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.

Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e

2.3.8 dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação.

Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não- metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema.

2.3.9 Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento.

2.3.10 Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento.

Executar a fechamento de furos e rasgos nas paredes, laje ou piso, e a renovação da

2.3.12



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação.

2.3.13 Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas.

2.3.14 Desempenhar outras atividades inerentes à função.

2.4 ELETROTÉCNICO

2.4.1 Nível de escolaridade 2º grau completo, formação técnica na área de automação predial com conhecimentos avançados em manutenção de sistemas de ar condicionado central e com conhecimentos gerais de manutenção predial e experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na função. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10.

2.4.2 Considerando a importância relativa, a complexidade inerente à operação e manutenção do resfriador de líquido (chiller) instalados na SR/PF/SC e o alto investimento financeiro do Departamento de Polícia Federal para sua aquisição, a CONTRATADA deverá comprovar a capacidade técnica do profissional selecionado para a execução das atividades naqueles equipamentos, através da apresentação de documentação comprobatória, qual seja, atestado de participação e aprovação em curso de treinamento específico para AUTOMAÇÃO PREDIAL.

2.4.3 Proceder à avaliação geral das condições requeridas para manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.

2.4.4 Consultar outros especialistas como engenheiros e arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas aos serviços da manutenção.

2.4.5 Elaborar projetos de manutenção dos serviços, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação do CONTRATANTE.

2.4.6 Preparar programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas, e outros subsídios que se fizerem necessários para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento da manutenção.

2.4.7 Efetuar levantamento de dados de natureza técnica.

2.4.8 Conduzir treinamento de equipes de execução de serviços técnicos.

2.4.9 Executar e/ou exercer a fiscalização da execução de serviços e de atividades de sua competência.

2.4.10 Efetuar a organização de arquivos técnicos.

2.4.11 Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade.

2.4.12 Instalar os condutores elétricos, utilizando chaves, alicate, conectores e material isolante, para permitir a distribuição de energia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC**

- 2.4.13 Testar a instalação, fazendo-a funcionar repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado.
 - 2.4.14 Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de medição elétricos e eletrônicos, para detectar partes ou peças defeituosas.
 - 2.4.15 Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, para restituir à instalação elétrica, condições normais de funcionamento.
 - 2.4.16 Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3 REQUISITOS GERAIS PARA OS PROFISSIONAIS**
- 3.1.1 Em conformidade com a NR10 são considerados AUTORIZADOS os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da CONTRATANTE.
 - 3.1.2 É considerado trabalhador QUALIFICADO aquele que comprovar conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.
 - 3.1.3 É considerado profissional legalmente HABILITADO o trabalhador previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe.
 - 3.1.4 É considerado trabalhador CAPACITADO aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente:
 - 3.1.5 Receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado;
 - 3.1.6 Trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado.
 - 3.1.7 A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação.
 - 3.1.8 A CONTRATADA deve estabelecer sistema de identificação que permita a qualquer tempo conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador, conforme o item 10.8.4. da NR10.
 - 3.1.9 Os trabalhadores autorizados a trabalhar em instalações elétricas devem ter essa condição consignada no sistema de registro de empregado da CONTRATADA.
 - 3.1.10 A CONTRATADA concederá autorização na forma da NR10 aos trabalhadores capacitados ou qualificados e aos profissionais habilitados que tenham participado com avaliação e aproveitamento satisfatórios dos cursos constantes do ANEXO II da NR10.



Documento assinado digitalmente
MATHEUS KERKHOFF GUANABARA
Data: 14/12/2023 09:52:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

Anexo X - Anexo_X____Pecas_e_materiais.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

ANEXO X – PEÇAS E MATERIAIS

I. GENERALIDADES

I.1 Todos os materiais e peças necessários para a realização dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, reparos e adaptações, sejam Serviços Contínuos ou Serviços Eventuais, objeto destas especificações, serão fornecidos pela CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

I.2 A responsabilidade com relação à aquisição e integridade dos materiais fornecidos será única e exclusivamente da CONTRATADA, a CONTRATANTE não assumirá qualquer corresponsabilidade pelas mercadorias, mesmo que já depositadas nas dependências desta.

I.3 Deverá ser mantido, nas dependências da CONTRATANTE, estoque mínimo de Materiais Básicos, de Consumo e de Reposição, de forma a suprir as necessidades diárias das rotinas de manutenção.

I.4 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento imediato e substituição de toda e qualquer peça ou material necessário ao perfeito funcionamento das instalações.

I.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar falta de materiais ou peças para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

I.6 A empresa licitante será responsável pela especificação e quantificação dos materiais básicos e de reposição, fornecidos na forma destas especificações, não cabendo qualquer solidariedade e/ou assunção de custos adicionais da CONTRATANTE, advindos de troca/devolução junto a fabricantes e/ou seus prepostos.

I.7 Na eventualidade de necessidade de troca de materiais/peças não consideradas como materiais básicos ou de reposição, seu fornecimento pela CONTRATADA ficará condicionado à aprovação prévia pela FISCALIZAÇÃO. Os valores a serem remunerados neste caso não poderão ser maiores do que os contidos no SINAPI, e deverão ser comprovados através de nota fiscal, e na falta deste deverão ser utilizadas outras fontes oficiais de consulta ou três cotações de mercado, devidamente comprovados por meio de fax ou e-mail, salvo casos emergenciais devidamente justificados.

I.8 Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma deste edital e empregados nas instalações e equipamentos da CONTRATANTE, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante.

I.9 Não será admitido em hipótese alguma o emprego de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, salvo expresse consentimento da CONTRATANTE, devidamente formalizado em relatório, sob pena de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

I.10 Os materiais só poderão ser fornecidos com a aprovação da fiscalização, caso algum material seja fornecido sem o conhecimento desta o mesmo não será considerado para efeito de pagamento.

I.11 Só serão pagos pela CONTRATANTE os materiais e serviços que forem efetivamente utilizados na operação, supervisão, assessoramento técnico e manutenção preventiva, corretiva, reparos e adaptações, desde que autorizados pela fiscalização.

I.12 São ainda responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de: chaves fusíveis, dispositivos de sinalização, contadores, disjuntores e relés dos quadros de força e comando; correias e rolamentos diversos; filtros, termostatos, pressostatos, válvulas, gás Nitrogênio, e compressores para aparelhos de ar condicionado tipo "split", e de janela; óleo lubrificante; pintura dos equipamentos metálicos; serviços de torno e solda, que forem necessários; enrolamentos de motores e etc.

I.13 A relação abaixo não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros materiais ou peças que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

RELAÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS (ESTIMATIVA ANUAL)

Item 1 ELÉTRICA	DESCRIÇÃO	Cód. SINAPI	Unid.	Qtde. anual estimada
1.1	Abraçadeira de nylon para amarração de cabos, comprim= 150MM	410	un	10
1.2	Abraçadeira de nylon para amarração de cabos, comprim= 200MM	411	un	10
1.3	Abraçadeira tipo D 3/4"	400	un	10
1.4	Abraçadeira tipo U 3/4"	39138	un	5
1.5	Automático de boia superior/inferior	7588	un	1
1.6	Bucha nylon S-6 c/ parafuso aço zinc cab chata rosca soberba 4,2 X 40mm	11950	un	20
1.7	Bucha nylon S-8 c/ parafuso aço zinc cab chata rosca soberba 4,8 X 50mm	7583	un	15
1.8	Cabo de cobre isolamento anti-chama 0,6/1KV 10,0MM2 (1 condutor)	1020	m	200



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

1.9	Cabo de cobre isolamento anti-chama 0,6/1KV 2,5MM2 (1 condutor)	1022	m	225
1.10	Cabo de cobre isolamento anti-chama 0,6/1KV 4,0MM2 (1 condutor)	1021	m	250
1.11	Cabo de cobre isolamento anti-chama 0,6/1KV 6,0MM2 (1 condutor)	994	m	300
1.12	Cabo flexível PVC de 10mm	34626	m	20
1.13	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	1368	un	7
1.14	Condutele tipo "C" em liga alumínio p/ eletroduto roscado 3/4"	2559	un	5
1.15	Condutele tipo "E" em liga alumínio p/ eletroduto roscado 3/4"	2565	un	10
1.16	Condutele tipo "LR" em liga alumínio p/ eletroduto roscado 3/4"	2593	un	5
1.17	Conector tipo parafuso fendido (SPLIT-BOLT) 16mm	1539	un	20
1.18	Curva 135 graus aço galv eletrolítico 3/4" p/ eletroduto	2623	un	10
1.19	Eletroduto ferro galvanizado 3/4"	21128	m	50
1.20	Eletroduto metálico flexível rev ext PVC preto 15mm (3/8") tipo copex ou equiv	21137	m	10
1.21	Eletroduto metálico flexível rev ext PVC preto 25mm (3/4") tipo copex ou equiv	2504	m	70
1.22	Eletroduto PVC 3/4"	2674	m	30
1.23	Fio cobre isolado paralelo 2 X 1,5mm ²	11890	m	20
1.24	Fita isolante adesiva anti-chama 19mm X 20m	20111	un	20
1.25	Fita isolante auto fusão	404	m	3
1.26	Interruptor paralelo 10A, 250V (módulo)	38113	un	5
1.27	Interruptor simples 10A, 250V (conjunto)	38073	un	5
1.28	Interruptor simples 10A, 250V (módulo)	38112	un	5
1.29	LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	38193	un	24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

1.30	LAMPADA LED TIPO DICROICA BIVOLT, LUZ BRANCA, 5 W (BASE GU10)	39388	un	12
1.31	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	39387	un	48
1.32	Luminaria de emergencia, 2W, autonomia de 6 horas	38774	un	12
1.33	Refletor redondo em alumínio, E-27	13390	un	12
1.34	Solda estanho/cobre para conexões de cobre, fio 2,5m	12732	un	2
1.35	Soquete de PVC (BASE E-27) com chave	14543	un	10
1.36	Soquete de PVC (BASE E-27) com rabicho	13329	un	16
1.37	Suporte 4x2 pial plus	38099	un	5
1.38	Tampa cega em PVC 4x2"	7543	un	5
1.39	Tampa para condutele em PVC com 1 a 3 postos para interruptor	39346	un	5
1.40	Tomada 2P+T 10A, 250V (apenas módulo)	38101	un	10
1.41	Tomada embutir 2P + T 10A/250V c/placa	7528	un	15

Item 2 HIDRÁU- LICA	DESCRIÇÃO	Cód. SINAPI	Unid.	Qtde. anual estimada
2.1	Adesivo plástico para PVC bisnaga (150g)	20080	un	7

2.2	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	300	un	20
2.3	Anel de borracha 40mm	295	un	2
2.4	Anel de borracha 50mm	296	un	2
2.5	APARELHO SINALIZADOR LUMINOSO COM LED, PARA SAÍDA GARAGEM, COM 2 LENTES EM POLICARBONATO, BIVOLT (INCLUI SUPORTE DE FIXAÇÃO)	4814	un	1
2.6	Areia lavada fina	366	m ³	5
2.7	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	370	m ³	6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.8	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII E	37596	kg	12
2.9	Argamassa ou cimento colante em pó para fixação de peças cerâmicas	1381	kg	25
2.10	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	34355	kg	6
2.11	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	377	un	25
2.12	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	10420	un	8
2.13	Chave de engate rápido p/ conexões tipo Stortz - para conexões de 1. 1/2" e 2. 1/2"	20971	un	3
2.14	CIMENTO PORTLAND POZOLANICO CP IV- 32	1382	50KG	12
2.15	Cola Plástica Adesiva para Mármore	4823	kg	3
2.16	Cuba inox de embutir com valvula de 3 1/2", de 56 X 33 X 12* cm	1747	un	3
2.17	DIVISORIA (N2) PAINEL/VIDRO - PAINEL VERMICULITA E=35MM - PERFIS SIMPLES ALUMINIO ANOD NATURAL - COLOCADA	11987	m ²	30
2.18	DIVISORIA EM MARMORE, COM DUAS FACES POLIDAS, BRANCO COMUM, E= *3,0* CM	10629	m ²	7
2.19	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	11681	un	15
2.20	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES (CHAVE GRANDE), MAQUINA 55 MM, MACANETAS ALAVANCA E ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANCA MEDIO - COMPLETA	3093	cj	6
2.21	Fita veda rosca 18x50	3148	un	10
2.22	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 1200 X 600 MM, E = 13 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO	39512	m ²	30
2.23	Fundo antocorrosivo para metais ferrosos (Zarcão)	22,62	L	2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.24	Gesso em pó	3315	kg	10
2.25	Graute cimentício para uso geral	134	kg	10
2.26	LAVATORIO/CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUCA COR SEM LADRAO *50 X 35* CM	20270	un	8
2.27	Mangueira de incêndio, tipo 2, diâmetro 1. 1/2 ", comprimento: 15,00 m (revestimento: poliéster e borracha)	37527	un	2
2.28	Massa corrida PVA para paredes internas	4048	L	5
2.29	MICTORIO SIFONADO LOUCA BRANCA SEM COMPLEMENTOS	10432	un	6
2.30	MOLA AEREA FECHA PORTA, PARA PORTAS COM LARGURA ATE 110 CM	11561	un	5
2.31	Parafuso de latão com rosca diametro 2,5mm, comprimento 12mm	11960	un	10
2.32	Parafuso de latão com rosca diametro 3,2mm, comprimento 16mm	4333	un	10
2.33	Parafuso de latão com rosca diametro 4,8mm, comprimento 65mm	4358	un	5
2.34	Parafuso de latao cromado para fixar peça sanitária tamanho S-10	11955	un	10
2.35	Pasta lubrificante pote (400g)	20078	un	1
2.36	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES QUENTES *5 X 5* CM	36882	m ²	6
2.37	PEDRA QUARTZITO OU CALCARIO LAMINADO, SERRADA, TIPO CARIRI, ITACOLOMI, LAGOA SANTA, LUMINARIA, PIRENOPOLIS, SAO TOME OU OUTRAS SIMILARES DA REGIAO, *20 X *40 CM, E= *1,5 A *2,5 CM	4710	m ²	5
2.38	PISO EM PORCELANATO RETIFICADO EXTRA, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	21108	m ²	24
2.39	PLACA DE GESSO PARA FORRO, DE *60 X 60* CM E ESPESSURA DE 12 MM (30 MM NAS BORDAS) SEM COLOCACAO	4812	m ²	12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.40	Recarga e teste de extintor de incêndio com carga de água pressurizada - 70 L		un	2
2.41	Recarga e teste de extintor de incêndio com carga de gás carbônico - 10kg		un	1
2.42	Recarga e teste de extintor de incêndio com carga de gás carbônico - 4kg		un	14
2.43	Recarga e teste de extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS - 4kg (BC)		un	54
2.44	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, 50mm	11677	un	3
2.45	Registro de gaveta 1" - bruto latão	6019	un	2
2.46	Registro de gaveta 1.1/2" - bruto latão	6010	un	4
2.47	Registro de gaveta 2" - bruto latão	6028	un	2
2.48	Registro de gaveta 2.1/2" - bruto latão	6011	un	2
2.49	Registro de gaveta 3" - bruto latão	6012	un	2
2.50	Registro de gaveta 3/4" - bruto latão	6016	un	5
2.51	Registro de pressão 1/2" c/ canopla e acabamento cromado simples	6021	un	3
2.52	Registro de pressão 3/4" c/ canopla e acabamento cromado simples	6024	un	3
2.53	Registro p/ válvula globo angular 45º para hidrante (diâmetro da seção: 2 1/2 ")	10904	un	3
2.54	Reparo contra sede hidra max		un	10
2.55	Reparo de válvula p/ torneira, tipo decamatic ou semelhante		un	25
2.56	Reparo para válvula de descarga		un	10
2.57	Reparo sede hidra max		un	10
2.58	Rolo de lã de carneiro - 15 cm		un	5
2.59	Sifão universal com copo	20262	un	12
2.60	Silicone acetico uso geral incolor 280g	39961	un	10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.61	TELHA GALVALUME COM ISOLAMENTO TERMOACUSTICO EM ESPUMA RIGIDA DE POLIURETANO (PU) INJETADO, E = 30 MM, DENSIDADE 35 KG/M3, COM DUAS FACES TRAPEZOIDAIS (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO) (COLETADO CAIXA)	42172	m ²	12
2.62	TINTA A OLEO BRILHANTE	7287	gl	24
2.63	TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	7356	L	35
2.64	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO	7288	L	35
2.65	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO TEMPORIZADA PRESSAO BICA BAIXA	36796	un	12
2.66	Válvula de descarga de 1.1/2" com registro e acabamento em metal	10228	un	3
2.67	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	21112	un	10
2.68	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/4 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	11781	un	10
2.69	Válvula de retenção de bronze horizontal (diâmetro 2 ")	10408	un	1
2.70	Válvula de retenção de bronze horizontal (diâmetro 2. 1/2 ")	10405	un	1
2.71	Válvula de retenção de bronze horizontal (diâmetro 3")	10406	un	1
2.72	Válvula de retenção de bronze vertical (diâmetro 2.1/2")	12657	un	1
2.73	Válvula de retenção de bronze vertical (diâmetro 3")	10414	un	1
2.74	Válvula em metal cromado tipo americana 3.1/2" x 1.1/2" p/ pia cozinha	6157	un	5
2.75	Vaso sanitário sifonado c/ caixa acoplada louça branca - padrão popular	10422	un	3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

2.76	Vaso sanitário sifonado louça branca - padrão popular	10420	un	3
------	---	-------	----	---

Item 3 MECÂNICA	DESCRIÇÃO	Código	Unid.	Qtde. anual estimada
3.1	Compressor para split 7.000 Btu	Próprio	un	1
3.2	Compressor para split 7.500 Btu's	Próprio	un	1
3.3	Compressor para split 9.000 Btu's	Próprio	un	1
3.4	Compressor para split 10.000 Btu's	Próprio	un	1
3.5	Compressor para split 12.000 Btu's	Próprio	un	1
3.6	Compressor para split 18.000 Btu's	Próprio	un	1
3.7	Compressor para split 22.000 Btu's	Próprio	un	1
3.8	Compressor para split 36.000 Btu's	Próprio	un	1
3.9	Compressor para split 48.000 Btu's	Próprio	un	0
3.10	Capacitor 2mF	Próprio	un	5
3.11	Capacitor 3mF	Próprio	un	5
3.12	Capacitor 5mF	Próprio	un	5
3.13	Capacitor 20mF	Próprio	un	2
3.14	Capacitor 25mF	Próprio	un	2
3.15	Capacitor 30mF	Próprio	un	2
3.16	Capacitor 35mF	Próprio	un	2
3.17	Capacitor 40mF	Próprio	un	2
3.18	Capacitor 45mF	Próprio	un	2
3.19	Correia AX29	Próprio	un	3
3.20	Correia BXS58	Próprio	un	3
3.21	Correia BX32	Próprio	un	3
3.22	Correia B-32	Próprio	un	3
3.23	Correia A-29	Próprio	un	3
3.24	Correia AX29	Próprio	un	3
3.25	Correia BX29	Próprio	un	3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.26	Correia AXS29	Próprio	un	3
3.27	Correia BXS29	Próprio	un	3
3.28	Correia A-24	Próprio	un	3
3.29	Correia B-23	Próprio	un	3
3.30	Correia BXS28	Próprio	un	3
3.31	Correia BXS38	Próprio	un	3

3.32	Filtro Y de 1.1/2" metal	Próprio	pç	0
3.33	Filtro Y de 1.1/4" metal	Próprio	pç	4
3.34	Filtro Y de 1" metal	Próprio	pç	4
3.35	Correia A-27	Próprio	un	1
3.36	Correia A-32	Próprio	un	1
3.37	Correia A-37	Próprio	un	7
3.38	Correia A-88	Próprio	un	1
3.39	Correia B-40	Próprio	un	2
3.40	Correia B-41	Próprio	un	3
3.41	Correia B-42	Próprio	un	5
3.42	Correia B-49	Próprio	un	1
3.43	Correia B-52	Próprio	un	2
3.44	Correia B-53	Próprio	un	2
3.45	Correia B-54	Próprio	un	2
3.46	Correia B-64	Próprio	un	2
3.47	Correia B-66	Próprio	un	6
3.48	Correia B-67	Próprio	un	3
3.49	Proteção Mecânica do isolamento, em alumínio liso espessura 0,5mm	Próprio	Kg	10
3.50	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	pç	4
3.51	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	pç	4
3.52	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	SINAPI	pç	4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.53	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4" X 1/2"	SINAPI	pç	4
3.54	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1"	SINAPI	pç	1
3.55	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4" X 1/2"	SINAPI	pç	4
3.56	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	SINAPI	pç	3
3.57	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	SINAPI	pç	4
3.58	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	SINAPI	pç	4
3.59	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	SINAPI	pç	6
3.60	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	SINAPI	pç	1
3.61	Gás R22 - 13,6kg	Próprio	un	2

3.62	Gás R134a - 13,6kg	Próprio	un	2
3.63	Gás R141-B - 13,6kg	Próprio	un	2
3.64	ACETILENO (RECARGA PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE)	SINAPI	m ³	6
3.65	OXIGENIO, RECARGA PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE	SINAPI	m ³	12
3.66	Nitrogênio	Próprio	m ³	1
3.67	Gás R410A - 11,34kg	Próprio	un	1
3.68	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, CONEXAO DE 1/2"	SINAPI	un	2
3.69	Termômetro Capela Reto Conexão 1/2 BSP Escala - 10 A 50GR	Próprio	un	4
3.70	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	SINAPI	Kg	16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.71	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	SINAPI	Kg	4,2
3.72	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	SINAPI	Kg	16
3.73	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	SINAPI	Kg	13
3.74	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	SINAPI	Kg	16
3.75	Tubo esponjoso 19mm para revest. de tubo de cobre 5/8", tipo armaflex	Próprio	m	100
3.76	Tubo esponjoso 19mm para revest. de tubo de cobre 3/8", tipo armaflex	Próprio	m	100
3.77	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	SINAPI	cento	1
3.78	Arruela lisa Ø 1/4"	Próprio	cento	1
3.79	Arruela lisa Ø 3/8"	Próprio	cento	1
3.80	Arruela lisa Ø 5/16"	Próprio	cento	1
3.81	Barra roscada Ø 1/2" com 1 metro - galvanizada	Próprio	un	15
3.82	Rebite de Repuxo 3,2 x 6,0mm	Próprio	cento	1
3.83	Rebite de Repuxo 4,8 x 12,7mm	Próprio	cento	1
3.84	Rebite de Repuxo 4,0 x 16,0mm	Próprio	cento	1

3.85	CANTONEIRA FERRO GALVANIZADO DE ABAS IGUAIS, 1 1/2" X 1/4" (L X E), 3,40 KG/M	SINAPI	m	30
3.86	Parafuso parabolt Ø 1/4" x 1.3/4"	Próprio	un	10
3.87	Parafuso parabolt Ø 5/16" x 2"	Próprio	un	10
3.88	Parafuso cabeça sextavada Ø 1/2" x 4"	Próprio	un	10
3.89	Parafuso cabeça sextavada Ø 1/4" x 4"	Próprio	un	10
3.90	Parafuso cabeça sextavada Ø 3/8" x 1.1/4"	Próprio	un	10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.91	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/16"	SINAPI	cento	1
3.92	Porca sextavada Ø 1/4"	Próprio	cento	1
3.93	Porca sextavada Ø 3/8"	Próprio	cento	1
3.94	Bucha nylon S-6 com parafuso aço zinc cab chata rosca soberba 4,2 x 45 mm	Próprio	un	50
3.95	Manta de borracha 3,2mm X 1m	Próprio	m	10
3.96	Manta filtrante Poliéster	Próprio	m²	30
3.97	Óleo lubrificante para Compressor AW 150	Próprio	L	5
3.98	Óleo lubrificante SAE 90	Próprio	L	20
3.99	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 2 1/4"	SINAPI	pç	15
3.100	Parafuso sextavado rosca parcial 5/16" x 3"	Próprio	pç	20
3.101	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/16"	SINAPI	pç	20
3.102	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	SINAPI	L	12
3.103	Proteção Mecânica do isolamento, em alumínio liso espessura 0,5mm	Próprio	rl	15
3.104	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 2"	SINAPI	pç	1
3.105	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	SINAPI	un	3
3.106	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	SINAPI	Kg	5
3.107	Estopa	SINAPI	Kg	8
3.108	GRAXA LUBRIFICANTE	SINAPI	Kg	12
3.109	Detergente limpa metal tipo Thilex, Solupan, Metasil ou similar	Próprio	L	60
3.110	COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO	SINAPI	Kg	1
3.111	SOLDA EM VARETA FOSCOOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	SINAPI	un	5
3.112	Vaselina Sólida 3kg	Próprio	Kg	1
3.113	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	SINAPI	un	12
3.114	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	SINAPI	un	24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.115	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	SINAPI	un	10
3.116	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	SINAPI	Kg	0,5
3.117	Óleo lubrificante SAE 90	Próprio	un	12
3.118	SOLUCAO LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	SINAPI	un	12
3.119	GRAXA LUBRIFICANTE	SINAPI	Kg	4
3.120	Lâmina para Serra	Próprio	un	12
3.121	Grelha de Insuflamento 38x38	Próprio	un	2
3.122	Grelha de Insuflamento 40x40	Próprio	un	2
3.123	Óleo lubrificante para Compressor AW 150	Próprio	un	1
3.124	SENSOR TEMPERATURA 30RB 10M	Próprio	un	1
3.125	PLACA ELETRÔNICA	Próprio	un	0
3.126	PLACA ELETRÔNICA EXV RECARREGÁVEL	Próprio	un	0
3.127	PLACA CPM MODULO DE PROTECAO COMPRESSOR	Próprio	un	0
3.128	CONECTOR TRANSDUTOR DE PRESSAO	Próprio	un	1
3.129	CABO/CONECTOR DO SENSOR NACIONAL	Próprio	un	1
3.130	TRANSD DE BAIXA PRESSAO -0,55A 9.3BAR	Próprio	un	1
3.131	TRANSD DE BAIXA PRESSAO -0,55A 21BAR	Próprio	un	1
3.132	FILTRO SECADOR SMICRONS CHILLER 30XA	Próprio	un	1
3.133	PRESSOSTATO DIFERENCIAL AGUA	Próprio	un	0
3.134	CHAVE DE FLUXO DE AGUA ELET.	Próprio	un	1
3.135	SINOTICO TOUCH SCREEN	Próprio	un	0
3.136	VALVULA NIVEL DE ÓLEO	Próprio	un	0
3.137	BOBINA DA SOLENOIDE 24V - COMPR. 06T/06N	Próprio	un	1
3.138	PRESSOSTATO DE ALTA 30XW STD - 203 PSIG	Próprio	un	1
3.139	FILTRO G3/G4 504 X 665 X 25 MM	Próprio	un	30
3.140	FILTRO G3/G4 529 X 477 X 25 MM	Próprio	un	254
3.141	FILTRO G3/G4 462 X 477 X 25 MM	Próprio	un	84
3.142	FILTRO G3/G4 572 X 477 X 25 MM	Próprio	un	60
3.143	FILTRO G3/G4 472 X 477 X 25 MM	Próprio	un	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.144	FILTRO G3/G4 439 X 655 X 25 MM	Próprio	un	24
3.145	FILTRO G3/G4 531 X 477 X 25 MM	Próprio	un	120
3.146	Válvula Esfera 03 Vias 1" Proporcional 24v	Próprio	un	1
3.147	Válvula Esfera 03 Vias 1.1/4" Proporcional 24v	Próprio	un	1
3.148	Válvula Esfera 03 Vias 1.1/2" Proporcional 24v	Próprio	un	1
3.149	Válvula Esfera 03 Vias 2" Proporcional 24v	Próprio	un	0
3.150	Kit de reparo interno completo para Válvula de 03 vias, modelo MB-1552, rotativa, diâmetro de 1.1/4" Ref. Cibracon	Próprio	un	2
3.151	Kit de reparo interno completo para Válvula de 03 vias, modelo MB-1602, rotativa, diâmetro de 1.1/2" Ref. Cibracon	Próprio	un	2
3.152	Válvula independente de pressão 1.1/4" P2125S-222+NRX24-EP	Próprio	un	0
3.153	Válvula independente de pressão 1/2" P2050S-050+LRX24-EP	Próprio	un	0
3.154	Válvula independente de pressão 1.1/2" P2150S-313+NRX24-EP	Próprio	un	0
3.155	Válvula independente de pressão 1" P2100S-131+LRX24-EP	Próprio	un	0
3.156	Válvula independente de pressão 3/4" P2075S-075+LRX24-EP	Próprio	un	0
3.157	Energy Valve 1.1/4" EV125S-285+NRX24-EV	Próprio	un	0
3.158	Energy Valve 1/2" EV050S-055+LRX24-EV	Próprio	un	0
3.159	Energy Valve 1.1/2" EV150S-396+NRX24-EV	Próprio	un	0
3.160	Energy Valve 1" EV100S-182+LRX24-EV	Próprio	un	0
3.161	Energy Valve 3/4" EV075S-103+LRX24-EV	Próprio	un	0
3.162	Termostato Proporcional Lig/Des 3v Digital	Próprio	un	2
3.163	Sensor de temperatura de duto com haste curva tipo II - com caixa - DWYER TE-DFG-B044-00	Próprio	un	1
3.164	Sensor de temperatura de imersão com haste curva tipo II s/ poço - DWYER TE-IBG-B0444-14	Próprio	un	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3.165	Chave de fluxo - eletromecânica - tipo palheta extensível - Modelo AT2011	Próprio	un	1
3.166	Módulo Repetidor de Sinais Mercado MR485	Próprio	un	1
3.167	Controlador CLP Fancoil 14 I/O - I-VU® OPN-APP	Próprio	un	1
3.168	Controlador CLP Universal - 33UNIVCTRL	Próprio	un	0
3.169	Controlador Zone Controller 33ZCFANCOIL	Próprio	un	0
3.170	Gateway ModBus CCN - Modelo GW1000C	Próprio	un	0
3.171	Módulo Repetidor de Sinais Mercado MR485	Próprio	un	1
3.172	Controlador CLP Fancoil 14 I/O - I-VU® OPN-APP	Próprio	un	0
3.173	Controlador CLP Universal - 33UNIVCTRL	Próprio	un	0
3.174	Controlador Zone Controller 33ZCFANCOIL	Próprio	un	0
3.175	Gateway ModBus CCN - Modelo GW1000C	Próprio	un	0

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

**Anexo XI -
Anexo_XI____Equipamentos__instrumentos_e_ferramen
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

ANEXO XI – EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL BÁSICOS

I. GENERALIDADES

I.1 A contratada deverá disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE e manter para uso permanente, ferramentas básicas para cada profissional, além de equipamentos e instrumentos, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado nas dependências da CONTRATADA.

I.2 A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho.

I.3 A CONTRATADA será obrigada a disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE os equipamentos, instrumentos e ferramental, abaixo relacionados, nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência – sejam Serviços Contínuos ou Serviços Eventuais, necessários às rotinas diárias, semanais e quinzenais de manutenção, conforme **Anexo VIII – Rotinas e procedimentos de execução dos serviços contínuos**

I.4 Os equipamentos, instrumentos e ferramental necessários à consecução das rotinas de manutenção de frequência mensal ou superior, e aqueles necessários para a realização de Serviços Eventuais, serão disponibilizados na medida das necessidades, pelo tempo necessário à realização dos serviços.

I.5 A relação abaixo não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros materiais, equipamentos, instrumentos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

I.6 O custo da mobilização dos equipamentos, instrumentos e ferramental, além dos equipamentos de proteção individual, bem como de seus insumos, deverá compor parcela do BDI referente à administração central, devido às peculiaridades de cada empresa na gestão dos seus equipamentos, instrumentos e ferramental.

II. RELAÇÃO DE FERRAMENTAL, INSTRUMENTAL E EQUIPAMENTOS

II.1 Para execução dos serviços, caberá à CONTRATADA o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento das condições contratuais e observando a seguinte listagem mínima:

II.2 Equipamentos/Instrumentos de uso geral

- Termômetros digitais;
- Anemômetro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- Multímetro;
- Manifold;
- Alicate amperímetro;
- Termógrafo
- Torquímetro

2.1.1 Equipamento/Instrumentos da áreas de elétrica (individual)

- Rádio Portátil
- Alicate de bico $\frac{1}{2}$ cano reto 6"
- Alicate de corte diagonal 6"
- Alicate universal de 8"
- Alicate prensa terminal
- Chave de fenda $\frac{1}{4}$ x6"
- Chave de fenda $\frac{1}{4}$ x8"
- Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x3"
- Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x5"
- Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x6"
- Chave de fenda toco
- Chave inglesa 10" – Chave Philips $\frac{1}{4}$ x5"
- Chave Philips $\frac{1}{4}$ x6"
- Chave Philips $\frac{1}{8}$ x3"
- Chave Philips 3/16x3"
- Chave Philips 3/16x4"
- Chave Philips toco
- Chave teste
- Jogo de chave hexagonal Allen 1/16 a 3/8
- Jogo de chave combinada de 6 a 22 mm
- Estilete
- Maleta p/ ferramentas
- Cadeado 20mm – Lanterna grande – Trena de aço 5m

II.3 Equipamentos/ Instrumentos da área de civil e geral (individual)

- Rádio Portátil
- Alicate de bico $\frac{1}{2}$ cano reto 6"
- Alicate de bomba d'água 10" e 12"
- Alicate de pressão 10"
- Alicate universal 8" – Arco de serra
- Bomba de borracha p/ desobstrução de esgoto
- Bomba de borracha p/ desobstrução de vaso sanitário
- Botas de borracha preta e branca
- Chave de corrente 4" – Chave de fenda $\frac{1}{4}$ x6" – Chave de fenda $\frac{1}{4}$ x8" – Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x3" – Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x5" – Chave de fenda $\frac{1}{8}$ x6" – Chave de fenda toco
- Chave Philips $\frac{1}{4}$ x5"
- Chave Philips $\frac{1}{4}$ x6" – Chave Philips $\frac{1}{8}$ x3"
- Chave Philips 3/16x3"
- Chave Philips 3/16x4"
- Chave Philips toco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- Chave p/ trocar reparo DECA
- Chaves de grifo nº 08", 10", 12", 14", 18", 24", 36
- Desentupidor de pia
- Jogo de chave hexagonal Allen 1/16 a 3/8
- Jogo de chave combinada de 6 a 22 mm
- Lanterna grande
- Maleta p/ ferramentas
- Cadeado 20mm
- Nível de bolha – Prumo
- Trena 5m

II.4 Equipamentos/Instrumentos da área de mecânica de ar-condicionado (individual)

- Rádio Portátil
- Alicate de bico ½ cano reto 6" Belzer
- Alicate de bico meia cana 6"
- Alicate de corte 6"
- Alicate de corte lateral 6"
- Alicate universal 8" Belzer
- Chave Allen
- Jogo de chave de combinada de nº. 8 a nº. 24 mm
- Chave de fenda cotoco – Chave prensa terminal
- Chave catraca – Arco de cerra – Chave caximbo
- Jogo chave de boca de nº. 8 a nº. 24 mm
- Chave de fenda ¼ x 6" Belzer
- Chave de fenda ¼ x 8" Belzer
- Chave de fenda 1/4x8 – Chave de fenda 1/8x6
- Chave de fenda 1/8x6 Belzer
- Chave de grife nº 12
- Chave de fenda 1/8 x 3 3x 75mm
- Chave philips 1/8 x 3 3x75mm
- Chave philips 3/16 x 4 3x75mm
- Chave philips 3/ 16 x 3" Belzer
- Chave philips ¼ x 5" Belzer
- Chave philips cotoco
- Estilete
- Jogo de chave hexagonal de 1/16 a 3/8
- Maleta p/ ferramentas
- Cadeado 20mm
- Prancheta de acrílico
- Trena de aço 5m

II.5 A empresa Contratada deverá manter em suas instalações, na cidade de Natal/RN, os seguintes equipamentos e, sempre que solicitados, deverá disponibilizá-los de forma imediata nas dependências da contratante:

- Bombas de vácuo volante para lavagem do sistema de refrigeração;
- Sistema de solda (jogo de maçarico completo oxigênio e acetileno);
- Lavador de alta pressão;
- Ferramentas para qualquer tipo de serviço contido nesta especificação técnica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

- Bancada completa contendo: amperímetro, voltímetro, vacuômetro, manômetro, garrafa de gás Freon, bomba de vácuo, chave magnética (para testes de motores trifásicos).

III. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

III.1 O mesmo se aplica quanto às exigências das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que tange a equipamentos de proteção individual – EPI's, que são responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma disponibilizá-los para os seus empregados conforme o tipo de serviço a ser executado, tais como:

- Avental de proteção
- Calçados de segurança
- Cinturão para-quedista
- Capacete
- Luvas de proteção
- Óculos de proteção
- Protetor facial
- Protetor respiratório
- Protetor auricular

III.2 Os funcionários da CONTRATADA que estiverem prestando serviços nas edificações da CONTRATANTE, deverão fazê-lo devidamente uniformizados e com crachá de identificação, incluindo quanto ao uso de identificação o funcionário de serviços eventuais e/ou Engenheiro responsável técnico/ supervisor.

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

Anexo XII - Anexo_XII____IMR.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

**Anexo XII – Instrumento de Medição de Resultado (IMR) -
Acordo de níveis de serviço**

O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

Seguindo as orientações da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Indicadores definidos para adoção dos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Termo de Referência foram elaborados com base em critérios objetivos de mensuração de resultados, a serem aferidos através de software, possibilitando à CONTRATANTE verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.

Sendo necessária a retenção de valores em decorrência de multas por descumprimento contratual, a Fiscalização Administrativa será comunicada pela Gestão de Contratos no mês subsequente à decisão do processo de penalidade.

Os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados como Instrumentos de Medição de Resultado desta contratação, terão o seguinte crivo:

Cobertura dos postos (Reposição do Profissional Ausente);

Qualidade dos serviços;

Prazo de Atendimento de Ordens de Serviço; e

Rotinas de Execução.

Os indicadores acima serão informados no Relatório Mensal (Anexo XXII), pelo Fiscal Técnico, que atestará a prestação do serviço.

Todos indicadores serão calculados pelo Fiscal Administrativo, através do Anexo XXXI (Apuração do Fato Gerador), demonstrando o Valor Mensal do Serviço - VMS que será composto da seguinte forma:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

$$VMS = ((\text{Apuração do Fato Gerador} - \text{Indicador I}) * \% (\sum \text{Indicadores II e IV})) + \text{Materiais}$$

Aplicar-se-á o percentual dos indicadores III e IV também para a Nota Fiscal de Peças (objeto item 3).

Os indicadores seguirão as seguintes dinâmicas:

INDICADOR I - COBERTURA DO POSTO	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir, quantitativamente, a disposição de funcionários para atendimentos no Órgão, sem caráter sancionatório.
Meta a cumprir	Que o funcionário se apresente para o serviço (independentemente do horário, que deverá compensar conforme banco de horas); ou Substituição por <i>volante</i> , em caso de eventual ausência (independentemente do horário, devendo proceder multa caso não seja realizada em até 2 (duas) horas).
Instrumento de medição	Planilha
Forma de acompanhamento	Vistoria presencial e/ou folha ponto. Obs: O Fiscal Técnico informará tão somente, em seu relatório mensal, se o posto ficou ou não descoberto, cabendo ao Fiscal Administrativo a apuração dos valores.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	(Valor Total Mensal por Empregado, sem Ocorrência, calculado pela Planilha, ÷ dia úteis no mês) * quantidade de dias de falta.
Início de Vigência	A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor homologado na planilha de custos, limitado ao valor já glosado do posto, no caso de falta injustificada. Ex: Colaborador falta 2 (dois) dias no mês apurado, sendo um dia por falta justificada e outro dia injustificada, ambos casos sem reposição (cobertura) por volante. Nestes casos, para um valor homologado, sem ocorrência, de R\$ 3.000,00, 20 dias úteis, será redimensionado - descontado - o pagamento no montante de R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

	150,00 [R\$ 3.000,00 ÷ 20 dias úteis x 1 dia de falta justificada], mais R\$ 50,00 pela diferença entre R\$ 150 [R\$ 3.000,00 ÷ 20 dias úteis x 1 dia de falta injustificada] e o valor já glosado do posto de R\$ 100,00 [R\$ 3.000,00 ÷ 30 dias x 1 dia de falta injustificada].		
	Faltas Totais do residente	Com reposição de volante	Sem reposição de volante
	Justificada	Pagar CRPA	Redimensionar pagamento (desconto pelo valor diário do posto de trabalho multiplicado pelo número de faltas por posto)
	Injustificada	Pagar CRPA; Glosar falta (-R\$ 100,00);	Glosar falta (-R\$ 100,00) e redimensionar pagamento (desconto pelo valor diário do posto de trabalho multiplicado pelo número de faltas por posto)
Justificativa: Independentemente se a falta foi justificada ou não - culpa exclusiva do colaborador -, será redimensionado o pagamento da empresa que deixar posto descoberto, a fim de realizar o exato dimensionamento de quando o posto ficar descoberto durante todo o mês apurado, o valor do pagamento será zerado.			

INDICADOR II - QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução dos serviços com qualidade e nos prazos previstos.
Meta a cumprir	Quando da Vistoria dos Postos, será verificado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

	<p>A permanência no Posto (entendida àquela que o colaborador já iniciou sua jornada de trabalho);</p> <p>O atendimento de Pronto ;</p> <p>O atendimento de acordo com as necessidades da PF.</p> <p>Da postura dos funcionários:</p> <p>Tratamento adequado com as pessoas;</p> <p>Pontualidade (CLT);</p> <p>As atividades elencadas de forma satisfatória.</p> <p>Demais deveres do Código de Ética da Polícia Federal.</p> <p>Da vistoria dos uniformes e acessórios:</p> <p>A uniformização adequada;</p> <p>A utilização de crachás.</p>
Instrumento de medição	Relatórios comprovando execução de acordo com o Plano de Serviços, na frequência prevista.
Forma de acompanhamento	In loco.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Cada rotina/dever descrita nos Itens I e II de "Metas a Cumprir" deste Indicador que não for cumprido receberá 02 pontos.</p> <p>Cada rotina/dever descrita no Item III de "Metas a Cumprir" deste Indicador, para cada funcionário/dia, que não for cumprido receberá 01 ponto.</p> <p>Somatório dos itens não cumpridos = Y</p>
Início de Vigência	A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>$0 < Y \leq 5$: Sem redimensionamento;</p> <p>$5 < Y \leq 10$: 1% do valor da fatura mensal;</p> <p>$10 < Y \leq 15$: 2% do valor da fatura mensal;</p> <p>$15 < Y \leq 20$: 3% do valor da fatura mensal;</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

	20 < Y ≤ 25 : 4% do valor da fatura mensal; Y > 25 : 5% do valor da fatura mensal.
Sanções Adicionais	Em caso de reincidência para 10 < Y ≤ 25: multa de 2% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente; Para Y > 25: multa de 5% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente + rescisão contratual

INDICADOR III - PRAZO DE ATENDIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO (OS)		
Item	Descrição	
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, reparos e adaptações, que requeiram a utilização de peças e materiais não básicos, realizadas por meio de OS – Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	Número de horas (depende do serviço a realizar) e conforme PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle Anexo VIII – Rotinas e procedimentos de execução dos serviços contínuos.	
	Mantenção Corretiva (atendimento)	60 minutos
	Mantenção Corretiva (realização)	72 horas
	Emissão de Laudo	24 horas
	Fornecimento de Materiais	3 dias
Instrumento de medição	Relatórios do sistema informatizado – Ordem de Serviço (OS) eletrônica, conforme o caso.	
Forma de acompanhamento	Relatórios periódicos sujeitos à avaliação do fiscal de contrato.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente quanto ao número de horas no atendimento / meta a cumprir = $\frac{XOS1, XOS2, XOS3, \dots X (\%) + \dots}{n^{\circ} OS} = \frac{XOS1 (\%) + XOS2 (\%) + XOS3 (\%) + \dots}{n^{\circ} OS}$	
Início de Vigência	A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato.	
Faixas de ajuste no pagamento	0 < X < 130% : 100% do valor da fatura mensal de manutenção	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

	130% < X < 140% : 98% do valor da fatura mensal de manutenção X > 140% : 95% do valor da fatura mensal de manutenção
Sanções Adicionais	Em caso de reincidência para 130% < X ≤ 140%: multa de 2% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente; Para X > 140% : multa de 5% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente + rescisão contratual
Observações	1. Caso haja impedimentos na realização das rotinas de manutenção, o Fiscal do contrato deverá ser comunicado imediatamente visando à normalização dos serviços e a não incidência de ajustes ou sanções. 2. Todas as ocorrências deverão estar registradas no sistema informatizado de gerenciamento dos serviços a fim de que estes sejam validados pelo fiscal do contrato e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos. 3. Rotinas a serem consideradas: diárias, semanais, quinzenais, mensais, semestrais e anuais.

INDICADOR IV - ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva, corretiva e peditiva (sem a utilização de materiais não básicos) dentro dos prazos previstos
Meta a cumprir	Conforme Termo de Referência e Anexo VIII – Rotinas e procedimentos de execução dos serviços contínuos
Instrumento de medição	Relatórios comprovando execução de acordo com o Plano de Serviços, na frequência prevista.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema informatizado com acompanhamento pelo fiscal do contrato, conforme o caso.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada rotina descrita no Termo de Referência que não for cumprida receberá pontuação conforme segue:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

	<ul style="list-style-type: none">• Rotina diária - 01 ponto• Rotina semanal - 02 pontos• Rotina mensal - 03 pontos• Rotina trimestral - 04 pontos• Rotina semestral - 05 pontos <p>Somatório dos itens não cumpridos = Y</p>
Início de Vigência	A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>0 < Y ≤ 5 : 100% do valor da fatura mensal; 5 < Y ≤ 10 : 99% do valor da fatura mensal; 10 < Y ≤ 15 : 98% do valor da fatura mensal; 15 < Y ≤ 20 : 97% do valor da fatura mensal; 20 < Y ≤ 25 : 97% do valor da fatura mensal; Y > 25 : 95% do valor da fatura mensal.</p>
Sanções Adicionais	<p>Em caso de reincidência para 10 < Y ≤ 25: multa de 2% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente;</p> <p>Para Y > 25: multa de 5% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente + rescisão contratual</p>
Observações	<p>1. Caso haja impedimentos na realização das rotinas de manutenção, o Fiscal do contrato deverá ser comunicado imediatamente visando à normalização dos serviços e a não incidência de ajustes ou sanções.</p> <p>2. Todas as ocorrências deverão estar registradas no sistema informatizado de gerenciamento dos serviços a fim de que estes sejam validados pelo fiscal do contrato e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos.</p> <p>3. Rotinas a serem consideradas: diárias, semanais, quinzenais, mensais, semestrais e anuais.</p>

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633

Anexo XIII - Anexo XIII cotacoes.pdf



6% OFF

Equipamentos de Proteção > Vestimentas de Proteção > Roupas de Proteção

Japona Térmica Maicol Nylon -35graus Bolso Azul Marinho G

Sku: 045140 |

Vendido e Entrega por Oceano

de R\$ 109,90 por apenas

R\$ 102,90

2x de R\$ 51,45 sem juros

Ou + 3%OFF no PIX por R\$ 99,81

Formas de pagamento

1 + -

ADICIONAR AO CARRINHO



FRETE ECONÔMICO em compras acima de R\$ 200,00 em produtos
FRETE GRÁTIS em compras acima de R\$ 750,00 em produtos

Descrição do Item

Japona de segurança confeccionada em náilon, forro em manta acrílica de matelassê, mangas longas, punho em malha, capuz, fechamento em velcro e três botões de pressão metálicos. Certificado de Aprovação: 10975

Especificações técnicas

Segmento	Equipamentos de Proteção
Família	Vestimentas de Proteção
Subfamília	Roupas de Proteção
Marca	Maicol

Nosso site utiliza cookies para lhe fornecer uma melhor e mais relevante experiência. Ao clicar em aceitar, você concorda com o uso de cookies conforme nossa política de privacidade.

Aceitar

Digite aqui seu nome

Digite aqui seu e-mail

Selecione um segmento

Outro

CADASTRAR

Nosso atendimento é 100% digital

Atendimento 100% digital, 24 horas por dia e 7 dias por semana. Suporte da equipe de SAC de segunda à sexta, das 9h às 17h

WHATSAPP

E-MAIL

FALE CONOSCO

FORMAS DE PAGAMENTO



SEGURANÇA E CERTIFICAÇÕES



CONHEÇA A OCEANO B2B

Quem somos

Conheça todas as listas de produtos

Conheça todas as marcas



NOSSAS POLÍTICAS

Política de Privacidade

Troca e Devolução

Política de Entrega

Condições de Pagamento

OceanoB2B é confiável

CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

São Bernardo do Campo
R. José Martins Fernandes
Parque Imigrantes, 601, Galpão 32 Bairro Batistini



Não conectou: Potencial problema de segurança

O Firefox detectou um problema e não seguiu para [Internet.pt.gov.br](https://internet.pt.gov.br). O site foi mal configurado ou o relógio interno

Oceano B2B é um e-commerce pensado para fornecer materiais que o seu negócio consome com recorrência, um portal onde você encontra um mix com mais de 10.000 itens. Você precisa ter agilidade, por isso pensamos em um portal onde vai encontrar um Oceano de opções à sua disposição: materiais de escritório - papel A4 - cartuchos e toners - informática - impressoras - bobinas térmicas - materiais de higiene - saúde e limpeza - produtos químicos - descartáveis e embalagens - equipamentos de proteção para o trabalhador - calçados - luvas - máscaras - uniformes - produtos personalizados - manutenção - móveis e cadeiras para escritório - linha branca - bazar. Oceano B2B oferece preços competitivos, logística eficiente para todo o Brasil, além de um ambiente pensado para facilitar o seu dia a dia.

CNPJ SP 03.746.938/0015-49 | CNPJ RS 03.746.938/0013-67 Todos os direitos reservados. Todas as políticas, preços e condições são válidos apenas para compras pela internet, nesta data e enquanto durar o estoque. Preço válido será o da finalização da compra. Vendas sujeitas à análise e confirmação de dados. As ofertas podem ser retiradas do site quando os produtos em estoque estiverem esgotados e não for possível efetuar a reposição com os fornecedores. Imagens meramente ilustrativas.

O primeiro e-commerce de suprimentos
pensado para o seu negócio



O que você procura?



Minha conta



CAMISAS



CAMISETAS



CALÇAS



BERMUDAS



CONJUNTOS



MACACÃO



CALÇADOS



EPI'S

[Home](#) > [Camisetas](#) > [Malha](#) > [Camiseta Azul Marinho Malha PV Manga Curta Gola Redonda](#)

DESTAQUE

Camiseta Azul Marinho Malha PV Manga Curta Gola Redonda

☆☆☆☆☆ 0 OPINIÕES

Escolha Tamanho

P

M

G

GG

EXG

R\$ 16,90

1

Comprar



INFORME SEU CEP

00000-000

Calcular

Descrição Geral

Camisetas Azul Marinho Malha PV Manga Curta Gola Redonda são feitas em malha de Poliéster, os modelos possuem um conforto incrível, excelente para usar no dia a dia em qualquer ocasião.

Camiseta masculina confeccionada em Poliéster, malha com peso maior e espessura mais grossa. Em modelagem comfort, que confere um caimento mais solto, o modelo possui mangas curtas, decote redondo e barra reta. Clássicas e indispensáveis no guarda-roupas masculino, as camisetas combinam com shorts, bermudas e calças, seja para looks casuais, esportivos ou para a jornada de trabalho.



The image displays three customer reviews for the 'Camiseta de Futebol' (Football Jersey). Each review is presented in a light gray box with a white border. The first review, from Fabiana R., shows a 5-star rating and a positive comment about the quality and fit. The second review, from Alberto M., shows a 5-star rating and a comment about the product's quality and the ease of purchase. The third review, from Ricardo O. F., shows a 5-star rating and a comment about the fast delivery and the quality of the product. The reviews are arranged horizontally, and the overall layout is clean and professional.

★★★★★
*Bom dia!!
Só para dizer que amei as camisetas!!
Obrigado por ajudar a animar meus dias!
Logo logo chamo para fechar outro pedido.*
Fabiana R.

★★★★★
*Bom dia, só pra dizer que recebi a
encomenda ontem fiquei mto feliz com a
qualidade dos produtos muito bom vou
comprar novamente ...*
ver mais
Alberto M.

★★★★★
*Oi,
Avisando que chegou o pedido tudo em ordem.
Muito obrigado. Gostei*
Ricardo O. F.

QUALIUM MALHAS LTDA - CNPJ: 16.575.469/0001-99 © Todos os direitos reservados, 2024

Anexo XIV -
Anexo_I____Termo_de_justificativass_tecnicas_relevant
pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Modelo de Termo de Justificativas Técnicas Relevantes – Obras/Serviços de Engenharia – Lei 14.133/2021 e-CJU e Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União / AGU
Atualização: Agosto/2023

NUP N. 08490.005419/2023-90.

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção predial a serem prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

Conjunto de atividades destinadas à manutenção predial e que não enquadradas no conceito de obra, uma vez que não ampliam, alteram substancialmente ou conferem novas características e funções a áreas e sistemas prediais.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Os serviços a serem desenvolvidos têm por objeto ações padronizáveis em termos de desempenho e qualidade; consistindo em manutenção, adequação e adaptação de bens imóveis e sistemas prediais, com preservação de suas características originais.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

☐ empreitada por preço unitário

☒ empreitada por preço global

☐ empreitada integral

☐ contratação por tarefa

☐ contratação integrada

☐ contratação semi-integrada

☐ fornecimento e prestação de serviço associado

Existe alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☒ DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Por se tratar de contrato de prestação de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, não existe risco de subestimativas e superestimativas significativas (zero por cento), uma vez que os postos de trabalho devem ser mantidos durante a execução do contrato e eventuais faltas são objeto de redução do pagamento mensal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☐) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☐) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(☒) foi/foram juntadas a(s) (☒) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s)

(☐) NÃO foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☒) planilha(s) analítica(s).

Não foram juntadas as planilhas analíticas, pois todos os itens foram extraídos do SINAPI, que apresenta de forma transparente, pública e gratuita tais documentos; inexistindo, dessa forma, necessidade replicar tais informações no processo.

Além disso, o custo estimado do item 4 (Peças e materiais), devido à imprevisibilidade intrínseca da necessidade de peças e materiais de reposição, foi baseado nos gastos históricos do contrato atual de manutenção predial e observados nos últimos 5 anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

() foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

(X) adota o parâmetro do () 1º quartil ou (X) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e aos (X) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa:**

Por se tratar de contratação de mão de obra com dedicação exclusiva e contendo a planilha orçamentária pouquíssimos itens (menos de dez), a utilização apresentação de curva ABC torna-se absolutamente inócua; não trazendo qualquer tipo de informação útil, pertinente ou de qualquer valor.


9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Os custos de referência DESONERADOS são estimados em R\$ 440.770,84 e os NÃO DESONERADOS em R\$ 468.190,19. Dessa forma, adotou-se o custo DESONERADO, por se mostrar mais vantajoso para a Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC



Polícia Federal

SR/PF/SC

GTED/SR/PF/SC

Anexo IV – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

Contratação de serviços de manutenção predial a serem prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Base: Sinapi / Ref: 10/2023 / Estado: Santa Catarina / Valores: Não desonerado

BDI: 23,53%


Item	Código	Descrição	Un.	Qtd.	Preço Unit. sem BDI			BDI	Preço Total com BDI		
					MAT	M.O.	Total		MAT	M.O.	Total
1		EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PERMANENTE							R\$ 29.671,78	R\$ 256.667,21	R\$ 286.338,99
1.1	101416	Mecânico de refrigeração [1 posto] - CBO 9112-05	MÊS	12,00	R\$ 709,19	R\$ 5.760,54	R\$ 6.469,73	23,53%	R\$ 10.512,74	R\$ 85.391,94	R\$ 95.904,68
1.2	101401	Eletrotécnico [1 posto] - CBO 3131-20	MÊS	12,00	R\$ 709,19	R\$ 6.498,15	R\$ 7.207,34	23,53%	R\$ 10.512,74	R\$ 96.325,97	R\$ 106.838,71
1.3	101402**	Oficial de Manutenção Predial [1 posto] - CBO 5143-25	MÊS	12,00	R\$ 583,28	R\$ 5.056,08	R\$ 5.639,36	23,53%	R\$ 8.646,30	R\$ 74.949,30	R\$ 83.595,60
2		EQUIPE DE SUPERVISÃO TÉCNICA							R\$ 1.144,37	R\$ 74.663,49	R\$ 75.807,86
2.1	90778**	Engenheiro Mecânico	HORA	240,00	R\$ 1,93	R\$ 125,92	R\$ 127,85	23,53%	R\$ 572,19	R\$ 37.331,75	R\$ 37.903,94
2.2	90778**	Engenheiro Civil	HORA	120,00	R\$ 1,93	R\$ 125,92	R\$ 127,85	23,53%	R\$ 286,09	R\$ 18.665,87	R\$ 18.951,96
2.3	90778**	Engenheiro Eletricista	HORA	120,00	R\$ 1,93	R\$ 125,92	R\$ 127,85	23,53%	R\$ 286,09	R\$ 18.665,87	R\$ 18.951,96
3		EQUIPE DE SERVIÇOS EVENTUAIS							R\$ 2.549,16	R\$ 17.828,58	R\$ 20.377,74
3.1	88315	Serralheiro - CBO 7244-40	HORA	140,00	R\$ 3,77	R\$ 27,37	R\$ 31,14	23,53%	R\$ 651,99	R\$ 4.733,42	R\$ 5.385,41
3.2	88266	Eletrotécnico - CBO 3131-20	HORA	140,00	R\$ 3,77	R\$ 37,32	R\$ 41,09	23,53%	R\$ 651,99	R\$ 6.454,19	R\$ 7.106,18
3.3	88316	Auxiliar para manutenções - CBO 7071-25	HORA	280,00	R\$ 3,60	R\$ 19,20	R\$ 22,80	23,53%	R\$ 1.245,18	R\$ 6.640,97	R\$ 7.886,15
4		PEÇAS E MATERIAIS							R\$ 85.665,60	R\$ -	R\$ 85.665,60
4.1	-x-	Peças e materiais ***	MÊS	12,00	R\$ 6.000,00	R\$ -	R\$ -	18,98%	R\$ 85.665,60	R\$ -	R\$ 85.665,60
TOTAL									R\$ 33.365,31	R\$ 349.159,28	R\$ 468.190,19

* Utilizada a composição de referência do SINAPI de nº 101402 (ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES) por ser a maior remuneração dentre as atividade desenvolvidas pelo profissional.

** O SINAPI para engenheiro apenas a composição nº 90778 (Engenheiro Civil). Sendo todos profissionais regidos pelo mesmo conselho e legislação salarial de piso, adotou-se essa composição.

*** O item "Peças e materiais" não será objeto de proposta de preço UNITÁRIO para as licitantes, mas seus BDI pode ser alterado respeitando a memória de cálculo do BDI DIFERENCIADO individual da empresa e o percentual máximo apresentado na estimativa da Administração, o que impactará o valor final da proposta.

Orçamento de custos de referência NÃO DESONERADOS



Polícia Federal

SR/PF/SC

GTED/SR/PF/SC

Anexo IV – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

Contratação de serviços de manutenção predial a serem prestados na Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e no NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Base: Sinapi / Ref: 10/2023 / Estado: Santa Catarina / Valores: Desonerado

BDI: 29,79%

Item	Código	Descrição	Un.	Qtd.	Preço Unit. sem BDI			BDI	Preço Total com BDI		
					MAT	M.O.	Total		MAT	M.O.	Total
1		EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PERMANENTE							R\$ 31.175,13	R\$ 232.064,35	R\$ 263.239,48
1.1	101416	Mecânico de refrigeração [1 posto] - CBO 9112-05	MÊS	12,00	R\$ 709,19	R\$ 4.957,15	R\$ 5.666,34	29,79%	R\$ 11.045,49	R\$ 77.206,61	R\$ 88.252,10
1.2	101401	Eletrotécnico [1 posto] - CBO 3131-20	MÊS	12,00	R\$ 709,18	R\$ 5.591,90	R\$ 6.301,08	29,79%	R\$ 11.045,33	R\$ 87.092,72	R\$ 98.138,05
1.3	101402*	Oficial de Manutenção Predial [1 posto] - CBO 5143-25	MÊS	12,00	R\$ 583,27	R\$ 4.350,94	R\$ 4.934,21	29,79%	R\$ 9.084,31	R\$ 67.765,02	R\$ 76.849,33
2		EQUIPE DE SUPERVISÃO TÉCNICA							R\$ 1.202,36	R\$ 67.526,09	R\$ 68.728,45
2.1	90778**	Engenheiro Mecânico	HORA	240,00	R\$ 1,93	R\$ 108,39	R\$ 110,32	29,79%	R\$ 601,18	R\$ 33.763,05	R\$ 34.364,23
2.2	90778**	Engenheiro Civil	HORA	120,00	R\$ 1,93	R\$ 108,39	R\$ 110,32	29,79%	R\$ 300,59	R\$ 16.881,52	R\$ 17.182,11
2.3	90778**	Engenheiro Eletricista	HORA	120,00	R\$ 1,93	R\$ 108,39	R\$ 110,32	29,79%	R\$ 300,59	R\$ 16.881,52	R\$ 17.182,11
3		EQUIPE DE SERVIÇOS EVENTUAIS							R\$ 2.678,33	R\$ 16.124,58	R\$ 18.802,91
3.1	88315	Serralheiro - CBO 7244-40	HORA	140,00	R\$ 3,78	R\$ 23,55	R\$ 27,33	29,79%	R\$ 686,84	R\$ 4.279,17	R\$ 4.966,01
3.2	88266	Eletrotécnico - CBO 3131-20	HORA	140,00	R\$ 3,76	R\$ 32,13	R\$ 35,89	29,79%	R\$ 683,21	R\$ 5.838,21	R\$ 6.521,42
3.3	88316	Auxiliar para manutenções - CBO 7071-25	HORA	280,00	R\$ 3,60	R\$ 16,53	R\$ 20,13	29,79%	R\$ 1.308,28	R\$ 6.007,20	R\$ 7.315,48
4		PEÇAS E MATERIAIS							R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ 90.000,00
4.1	-x-	Peças e materiais ***	MÊS	12,00	R\$ 6.000,00	R\$ -	R\$ -	25,00%	R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ 90.000,00
TOTAL									R\$ 35.055,82	R\$ 315.715,02	R\$ 440.770,84

* Utilizada a composição de referência do SINAPI de nº 101402 (ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES) por ser a maior remuneração dentre as atividade desenvolvidas pelo profissional.

** O SINAPI para engenheiro apenas a composição nº 90778 (Engenheiro Civil). Sendo todos profissionais regidos pelo mesmo conselho e legislação salarial de piso, adotou-se essa composição.

*** O item "Peças e materiais" não será objeto de proposta de preço UNITÁRIO para as licitantes, mas seus BDI pode ser alterado respeitando a memória de cálculo do BDI DIFERENCIADO individual da empresa e o percentual máximo apresentado na estimativa da Administração, o que impactará o valor final da proposta.

Orçamento de custos de referência DESONERADOS

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (X) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

A aquisição de materiais e equipamentos para o serviço de engenharia tem potencial de representar parcela significativa do empreendimento, entretanto não pode ser realizada separadamente do contrato principal, sob o risco de inviabilizar a execução dos serviços e reparos que não são passíveis de aguardar por prazos de fornecimento/aquisição de outra empresa se não a contratada, aumentando o risco de inexecução ou execução precária do contrato e diluindo a responsabilidade da contratada, dificultando dessa forma a responsabilização dos atores e eventual punibilidade.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(X) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou (X) médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

(X) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

Por se tratar de contratação de serviço de manutenção predial, entende-se por projeto executivo as rotinas de trabalho descritas nos Termo de Referência e seus anexos.

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao (X) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Trata-se de serviço de engenharia/arquitetura que exige supervisão técnica de profissionais e empresas devidamente habilitados e registrados no conselho pertinente.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Comprovação de execução de contrato de manutenção predial.

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de execução de contrato de manutenção predial: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Para os serviços de execução de contrato de manutenção predial: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% (cinquenta por cento) da área das edificações objeto da presente contratação;

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será () ACEITO ou (X) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Na contratação em tela, o somatório de atestados subverte o caráter comprobatório de capacidade técnica, uma vez que gerenciar um contrato com tantos postos de trabalho é bastante mais complexo que gerenciar tantos contratos de apenas um posto de trabalho cada. O mesmo raciocínio justifica a vedação para a soma de atestados para a área de edificação.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: serviços de manutenção predial.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

Na presente licitação, (x) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados no Anexo IX – Equipe fixa e técnica permanentes de execução dos serviços contínuos.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Em que pese cada edificação ser única e diferenciada das demais existentes, os sistemas prediais e características básicas são comuns e de amplo conhecimento de profissionais técnicos

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (X) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (X) CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual definido no Termo de Referência e Edital de contratação, a fim de comprovar a capacidade econômico-financeira da contratada.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

(X) PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

() VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SC

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Existe a necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade; características que se contrapõe às de cooperativas.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Por ser contratação intimamente relacionada a intervenções destrutivas e intimamente relacionadas a sistemas prediais sensíveis, existe a necessidade da exigência de garantia para resguardar a Administração de eventuais indisponibilidades ou danos.

21. DA SUSTENTABILIDADE


No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Documento assinado digitalmente
 **MATHEUS KERKHOFF GUANABARA**
Data: 14/12/2023 09:52:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Matheus Guanabara
Eng. Civil
Crea 175.633